



Lisboa:
Encontro Distrital
dos Pioneiros



Foi um encontro à medida da capacidade de trabalho de que os nossos Pioneiros já se mostram capazes



A nova infância nascida de Abril

Pág. 8

A LUTA DE MASSAS DESENVOLVE-SE

- Sábado, manifestações em Braga, Guimarães e Leiria
- No dia 4, param os transportes nacionalizados em protesto contra as medidas do governo PPD/CDS
- Concentrações com grande adesão em Campanhã e na Guarda
- Paralisações na CP, RN, Nutripol e outras empresas, em luta pela contratação colectiva
- Contra a direcção divisionista nos Bancários
- Situações próximas do conflito na Função Pública

Pág. 9



A manifestação da passada semana em Arraiolos

(págs. centrais)

Em terras da Reforma Agrária

Nos últimos dias, o «Avante!» esteve em terras da Reforma Agrária, onde os seus obreiros enfrentam brutal ofensiva do governo PPD/CDS. Repórteres do nosso jornal conversaram com os trabalhadores na UCP «Unidade do Monte», no Couço, participaram na manifestação dos trabalhadores da UCP «Santana do Campo», de Arraiolos, assistiram ao plenário de UCPs e Coop. do distrito de Setúbal.

Álvaro Cunhal no Alentejo Carlos Costa no Porto

O camarada Álvaro Cunhal estará no próximo domingo no Alentejo, participando em dois comícios, um em Arraiolos, às 14 e 30, o outro em Campo Maior, às 17 e 30.

Entretanto, no sábado, a partir das 14 e 30, no Palácio de Cristal, no Porto, realiza-se um comício-festa, em que participará o camarada Carlos Costa, incluindo-se no programa actuações da Brigada Victor Jara, de Samuel e de um grupo folclórico.



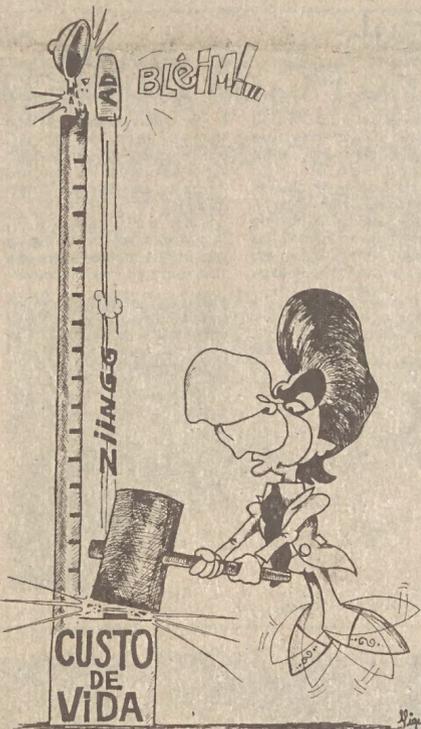
Milhares de pessoas no último adeus

Morreu José Magro

Quarenta anos dedicados à causa do povo e da pátria

Pág. 3

... E a «mudança» continua!



Os portugueses sabem hoje que tipo de «mudança» Sá Carneiro e Freitas do Amaral andaram a prometer na campanha eleitoral: a mudança da marcha atrás, tão ao gosto das personalidades da «Aliança Reaccionária». Os brutais aumentos de preços aí estão para o confirmar.

Em conferência de Imprensa, ministros e secretários de Estado proclamaram que eram poucos os produtos sobre os quais os aumentos da «mudança» em linguagem reaccionária iria incidir. Mas esqueceram-se de informar que tais medidas acarretariam novos aumentos noutros produtos. Lamentável esquecimento.

E assim, eis que, por essa e por outras razões, aumentaram — para já — os cimentos, a «bica» (esta, aliás, no dia seguinte àquele em que o ministro Cavaco veio à TV garantir que não haveria mais aumentos), os refrigerantes, os chocolates, os produtos lácteos em pó da «Nestlé», as sopas de pacote, os sumos, certas refeições preparadas. E a lista não acaba, por que outros produtos — o vidro de embalagem, o papel e o fibrocimento — vão «beneficiar» das mesmas medidas. Até onde irá a «mudança» do Governo Carneiro/Amaral?

Um caso curioso da atitude deste Governo é o relativo à batata: mal entrou em funções, o Governo aumentou o seu preço, para agora o baixar, precisamente para o nível em que estava antes da entrada em funções do novo Governo. Será que o Governo da «Aliança Reaccionária» se prepara para fazer o mesmo com todos os outros produtos? Estará aqui o sagredo das tais «medidas simpáticas lá para Abril» que um dirigente do PPD recentemente invocou? Isto é, para a «Aliança Reaccionária» a política é uma batata?

Entretanto é precisamente subordinado a este tema da «mudança» o passatempo que hoje publicamos na pág. 8, destinado a exercitar o espírito de observação dos nossos leitores...



A crise mundial das economias capitalistas

Pág. 12

Editorial

LUTA DE MASSAS, FACTOR DECISIVO

A conclusiva resposta de massas à política anti-democrática, antipopular e antinacional do Governo Sá Carneiro e da sua heterogénea e escassa maioria parlamentar é o traço dominante dos acontecimentos dos últimos dias.

A classe operária portuguesa com realce particular para os trabalhadores das UCPs do Alentejo e do Ribatejo, da indústria e dos transportes, os pequenos e médios agricultores, rendeiros e proprietários das Beiras e do Norte, os trabalhadores da Comunicação Social, largos sectores da Função Pública, da intelectualidade e dos quadros técnicos, erguem por todo o País uma barreira de luta, diversificada nas formas, vária na intensidade, contra os propósitos desestabilizadores e a prática política do Governo da Aliança reacção, ponta de lança da ofensiva generalizada da reacção contra o regime democrático e as conquistas fundamentais de Abril.

Já, como no passado fascista recente, os diligentes pregadores da reacção procuram atribuir as causas do profundo mal-estar social e da vasta movimentação popular contra a política do Governo aos «agitadores profissionais». Tentam, como sempre, inverter a causa e o efeito, buscam radicar as razões do desencanto popular não na sua política real de destruição acelerada da democracia, de violenta anulação das grandes transformações económicas e sociais produzidas em Portugal pela Revolução de Abril mas na «agitação social» artificialmente provocada pelos opositores do Governo e em primeiro lugar pelos comunistas.

Toda esta orquestração não altera uma polegada à situação objectiva criada pela política do Governo e, naturalmente, não colhe junto daqueles que a sentem na própria carne e na sua vida diária.

As grandiosas manifestações dos trabalhadores rurais de Arraiolos, Évora, Mora, Avis, Coruche, Pavia, Aljustrel e Montemor contra as ilegais extorsões de terras, gados, máquinas e outros bens das UCPs, cometidas por funcionários do MAP enquadrados por bandas de agrários armados e por forças da GNR, exprimem a indignação e a resistência dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo contra as tentativas de destruição da Reforma Agrária empreendida pelo Governo do PPD e do CDS.

Mais de 16 000 hectares das melhores terras, em alguns casos beneficiadas por obras de rega construídas pelos próprios trabalhadores das UCPs, foram usurpadas neste período pelos bandos de provocadores e arruaceiros açulados pelo MAP e por Goulão, ele próprio grande proprietário, passando mesmo por cima de despachos judiciais e decisões governamentais que o interditam.

Os raivosos inimigos da Reforma Agrária atropelam tudo, provocam e fazem eles próprios de facto a subversão nos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Também milhares de operários e empregados se lançam crescentemente na greve como último recurso legal de luta contra a congelação de salários, os despedimentos e os contratos a prazo, contra o brutal aumento do custo de vida que os consumidores e em

especial as donas de casa vêem com indignação subir todos os dias, contra a exploração agravada que sob as formas mais variadas atinge os trabalhadores.

Nas empresas Standard, ANA (EP), Proconstri, MN Tiago, Portucel, F. Ramada, Luso-Suíça, Tractores de Coimbra, Rodoviária, CP, Diário do Minho, Cabos Ávila, nos pescadores de Peniche, na Panificação, nos Transportes, noutras empresas e sectores profissionais, as paralisações, as greves, as concentrações são a resposta firme de trabalhadores, que não têm outra forma senão a luta organizada e decidida de enfrentar a política de congelamento dos salários e de agravamento das suas condições de vida e de trabalho, que é a do Governo do PPD e do CDS.

Na Cova da Beira, centenas de agricultores protestam contra a política agrícola do Governo, contra o aumento provocado dos custos de produção, exigem preços justos para os produtos agrícolas, protestam contra as importações ruinosas de vinho e o autêntico esbulho do produto do seu trabalho pelos grandes intermediários.

Em Grândola, mais de 1000 trabalhadores da Reforma Agrária do distrito de Setúbal reclamam contra a política do MAP e do Governo do PPD e do CDS. Os gritos de «a luta continua — Sá Carneiro para a rua!» que reboam na sala exprimem um profundo desejo e uma exigência premente do povo trabalhador relativamente ao actual Governo.

Na luta diária reforça-se a unidade da classe operária, de todos os trabalhadores, de todos os portugueses desejosos de mudança e de melhores dias no momento actual.

O Governo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, do PPD e do CDS, divorcia-se cada vez mais da massa do povo, assume de maneira crescente a defesa dos interesses do grande capital português e estrangeiro e dos latifundiários, prepara no plano económico e social o regresso das classes e grupos financeiros que no passado recente sustentaram o fascismo.

As investidas contra o sector público e nacionalizado desenvolvem-se a par e passo com a ofensiva de exploração e submissão contra as classes trabalhadoras. A decisão de declarar em situação económica difícil empresas públicas como a Rodoviária Nacional, a RDP e a Empresa Pública Notícias/Capital, integra-se neste objectivo central da reacção no Governo.

Toma-se cada vez mais evidente que tal política vai não só contra os interesses vitais dos trabalhadores como representa um verdadeiro atentado contra a economia nacional e a própria independência do nosso País face aos grandes potentados da finança internacional, aos quais se quer abrir as portas ao domínio dos sectores básicos da economia portuguesa em troca da integração na CEE.

As lutas da classe operária e de todas as camadas atingidas pela política deste Governo inimigo da democracia e do povo trabalhador estão a ser e serão a forma determinante de travar o caminho aos monopólios, aos latifundiários, ao grande capital estrangeiro, ao imperialismo.

Na frente parlamentar a iniciativa do PCP de interpelar o Governo sobre a política de preços e a ofensiva contra a Reforma Agrária, reforçada com a iniciativa do PS sobre a primeira questão, está em conjugação estreita com as poderosas acções de massas que os trabalhadores levam a cabo nos seus locais de trabalho.

O Governo da Aliança reacção e a sua maioria parlamentar heterogénea e escassa tentam acionar com celeridade os mecanismos jurídicos anticonstitucionais que facilitem o caminho da destruição do regime democrático e do Portugal de Abril.

Na Assembleia da República a reacção majoritária acelera a aprovação de leis antidemocráticas. Uma de uma falsa legitimidade e autoridade que os resultados eleitorais lhe não conferem para que, no curto período que media até às eleições de Outubro, disponha de uma armadura pseudolegal de modo a permitir-lhe mais largos voos depois das eleições para a Assembleia Legislativa. Esta disporá de poderes de revisão constitucional perfeitamente delimitados pela própria Constituição mas cujos limites materiais a Aliança reacção quer ultrapassar violando todas as normas.

A direita parlamentar sonha fazer eleger o seu chefe Sá Carneiro para a Presidência da República, faz-lhe o carisma, pinta-lhe o retrato e desliga-o aparentemente das responsabilidades máximas do seu partido — o PPD — para tentar emprestar-lhe uma imagem «apartidária» que iluda os seus eleitores potenciais.

A segunda contra-revolução legislativa está à vista de todos e define-se já com toda a clareza. As leis de destruição das nacionalizações, a começar pelos bancos e pelas seguradoras (para começar, porque Sá Carneiro, ele próprio, já afirmou publicamente que nenhum sector da economia portuguesa ficaria vedado à iniciativa privada), as anunciadas novas leis Barreto (ainda mais «barretadas»), das indemnizações (agora majoradas com a revalorização do escudo), do arrendamento rural (que se pretende agora «regionalizar» segundo os interesses dos caciques reacção e dos senhorios ricos), a lei eleitoral (que produza o milagre de eleger mais deputados com menos votos), a lei-quadro do referendo (com a qual se quer reduzir a fanicos a Constituição actual) estão nos projectos «legislativos» da Aliança reacção.

SIMULTANEAMENTE a guerra de nervos contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução, sem cujo acordo a aprovação daquelas leis é impossível, prossegue em pleno.

Nesta desesperada ofensiva contra as instituições democráticas e as conquistas da Revolução, contra a estabilidade económica e o bem-estar dos trabalhadores, contra os direitos, liberdades e garantias que a Constituição da República outorga aos portugueses, o Governo da Aliança reacção choca-se cada vez mais com a vontade das vastas massas populares, com a consciência democrática de milhões de portugueses, muitos dos quais enganados, desinformados ou sob pressão deram o seu voto à direita reacção nas eleições de Dezembro.

É um facto visível o crescente isolamento dos partidos da direita que apoiam o actual Governo, desenha-se cada dia com maior nitidez a sua inevitável derrota eleitoral nas próximas eleições de Outubro.

A grande «mudança» proclamada aos quatro ventos pelos pregadores da Aliança reacção, como panacéia central da sua campanha eleitoral anterior, concretiza-se de maneira precisa cada dia que passa sobre o advento do Governo de Sá Carneiro.

É uma «mudança» que nada tem a ver com a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, com a solução dos problemas mais agudos com que o nosso País se defronta e que conheceram um extraordinário agravamento com a política de direita dos governos que se sucederam à frente do País desde Abril de 76. É uma «mudança» que nada tem a ver com a nova realidade portuguesa saída da Revolução de Abril mas tem de facto por objectivo a destruição do regime democrático; o regresso ao 24 de Abril.

É a defesa intransigente desta realidade que se impõe imperiosamente às forças democráticas, a todos os patriotas dignos da nossa Pátria.

As jornadas de grande projecção nacional e histórica que se aproximam deveriam constituir um terreno de entendimento e de unidade entre todos os que amam a democracia e a liberdade.

O III Congresso da CGTP-Intersindical constituirá, sem dúvida, um grande acontecimento do movimento operário português e um decisivo impulso na unidade da classe operária ao mesmo tempo que significará uma séria derrota no divisionismo no seio do movimento sindical.

O 2 de Abril — aniversário da Constituição — e sobretudo o 25 de Abril serão uma grande consagração política das conquistas democráticas do nosso povo, e poderiam sê-lo numa escala muito mais vasta, se da parte de todas as forças democráticas, em particular do PS, numa atitude unitária e não divisionista, compreendessem a gravidade e os perigos do momento que vivemos.

Não o compreende assim o PS e o seu secretário-geral, Mário Soares, que decidiu inviabilizar a celebração unitária e largamente democrática do 6.º Aniversário da Revolução dos Capitéis.

Mário Soares que não esconde as suas vistas conciliatórias com a direita, inventa «antagonismos» com os comunistas que só redundarão em benefício dos objectivos actuais da reacção.

Mas nesses dias cheios de significado para o Povo português os ideais de Abril reuniram num mesmo amplexo todos os verdadeiros democratas e patriotas, fardados e não fardados, os cravos de Abril, quer o queiram quer não os divisionistas de todos os matizes, surgirão com todo o seu viço e perfume nas grandiosas realizações democráticas do Povo português.

Por sobre as incertezas e preocupações da hora actual brilha radiosa a esperança do 25 de Abril. A força do movimento popular e democrático, a unidade necessária impor-se-ão como exigência vital da democracia portuguesa.

Visitou Portugal o Presidente do PC da Holanda

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 19 a 21 de Fevereiro o camarada Henk Hoekstra, presidente do Partido Comunista da Holanda, acompanhado pelo camarada Jan de Boo, membro do Comité Central.

A delegação do Partido Comunista da Holanda teve conversações com uma delegação do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e de que faziam parte também os camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política

e do Secretariado, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e António Ângelo, da Secção Internacional.

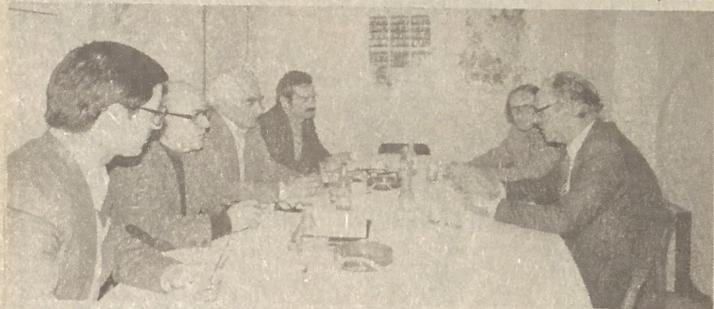
Nas conversações realizadas foram trocadas informações sobre a situação política nos dois países

e a actividade dos dois Partidos, assim como sobre questões de interesse comum relativos à situação internacional.

A delegação do Partido Comunista da Holanda teve ainda oportunidade de contactar directamente com aspectos da realidade portuguesa e da actividade do Partido Comunista Português nos distritos de Lisboa e Setúbal.

A delegação do Partido Comunista da Holanda convidou uma delegação do Partido Comunista Português a visitar a Holanda, convite que foi aceite.

Esta visita constituiu um novo passo para o fortalecimento dos laços de amizade fraternal existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Holanda.



As delegações do PCP e do PC Holandês no decorrer do encontro

(Ler entrevista na pág. 10)

Saudação ao XV Congresso do Partido Comunista Japonês

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Japonês, por ocasião do XV Congresso deste partido, uma saudação em que se dirigem aos delegados e por intermédio destes a todos os comunistas japoneses «calorosas saudações e os votos dos maiores sucessos aos trabalhos do Congresso».

Prossiga a saudação: Certos de exprimir os sentimentos profundos dos comunistas e dos trabalhadores portugueses manifestamos aos comunistas e aos trabalhadores do Japão a nossa solidariedade com a luta que conduzem contra a política antipopular do governo ao serviço do grande capital, pela democracia, pela verdadeira independência nacional.

É com particular atenção que acompanhamos a evolução da situação no Japão e a luta dos trabalhadores e das forças progressistas contra a política reacção e imperialista do governo do PDL, contra o recrutamento do militarismo, contra a aliança militar nipo-americana, por relações de amizade e boa vizinhança com a URSS, pela paz.

O Partido Comunista Japonês constitui uma força necessária à defesa dos interesses e aspirações da classe operária e das massas trabalhadoras do Japão.

Dai as manobras e campanhas

anticomunistas com que o inimigo de classe procura debilitar o PCJ, enfraquecer a luta das massas populares, impedir a unidade das forças progressistas do Japão.

Desejamos que as decisões do vosso XV Congresso contribuam para o reforço da organização, coesão e influência do PCJ entre as massas, tal como as últimas eleições legislativas o comprovaram, e o desenvolvimento da luta por um governo democrático que encaminhe o vosso país pela via da democracia, do progresso social e da independência nacional e da paz.

Nos últimos anos, enquanto a crise do capitalismo se aprofundou, continuam a desenvolver-se e a fortalecer-se os países socialistas, intensificou-se a luta da classe operária nos países capitalistas, o movimento de libertação nacional alcançou grandes vitórias, produziu-se uma viragem nas relações internacionais no sentido do desanuviamiento e da coexistência pacífica.

Tentando travar e se possível inverter o curso ascendente do processo revolucionário mundial, procurando a todo o custo manter posições de domínio económico e político e de superioridade militar, o imperialismo e em particular os seus círculos mais reac-

cionários e agressivos, multiplica as ingerências, agressões e ameaças de intervenção armada nos assuntos internos dos povos que pretende subjugar e expoliar, põe em marcha uma frenética corrida aos armamentos, investe contra o desanuviamiento e a coexistência pacífica entre regimes sociais diferentes, desencadeia com os mais variados pretextos, como recentemente no Afeganistão, desenfreadas campanhas de diversão anticomunista e anti-soviética.

O PCP é indefectivelmente solidário com os povos em luta pela sua libertação, contra ditaduras fascistas e reacção, contra o colonialismo e o neocolonialismo, contra o imperialismo e o racismo. Ao mesmo tempo que o PCP considera de decisiva importância a luta em defesa da paz, contra a corrida aos armamentos, contra as tentativas do imperialismo para restaurar o clima de «guerra fria» nas relações internacionais. Na Europa, o PCP considera uma tarefa fundamental a luta contra a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos em países da NATO.

Para defender a paz, fazer recuar os planos de guerra do imperialismo, avançar pelo

caminho da democracia, da independência nacional e do socialismo, o PCP considera de importância vital o reforço da unidade de todas as forças democráticas e anti-imperialistas e, em primeiro lugar, da unidade do movimento comunista internacional, força motora da frente mundial anti-imperialista.

E a saudação conclui: Queridos camaradas, Uma vez mais fazemos votos para o sucesso dos trabalhos do vosso XV Congresso, por novos êxitos dos comunistas japoneses na sua luta em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, contra os monopólios, pela democracia e a verdadeira independência nacional.

O PCP continuará a orientar os seus esforços para o reforço das relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois Partidos, certo de que isso contribuirá para o desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e países, para o reforço da unidade do movimento comunista internacional, para a causa da paz, da democracia e do socialismo no Mundo inteiro.

Viva o XV Congresso do Partido Comunista Japonês!
Viva o Internacionalismo Proletário!
Viva a Amizade e Solidariedade entre o PCP e o PCJ!

Gravíssima falta de adubos em Trás-os-Montes

Toda esta região sofre no momento a falta de adubos de cobertura — alerta a SIP da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP em comunicado há dias divulgado. Como sempre que se anuncia uma subida, desaparecem os adubos das lojas daqueles que habitualmente os vendem. Não bastando para a afluência dos agricultores a subida do custo de vida e o pagamento do gásóleo, desde fins de Janeiro, a 17\$50,

surge nova «mudança» de 30 a 40% nos preços dos adubos, com o seu acambramento pelos intermediários, colocando sérios problemas à lavoura regional.

Mas não é só o acambramento que está na origem desta situação com o abastecimento de adubos. Também o estado calamitoso das linhas férreas do Tâmega, Corgo, Tua e Sabor, que atravessam Trás-os-Montes, dificulta a colocação rápida

e barata e em tempo oportuno, dos adubos e de outros produtos necessários à agricultura.

A DORT do PCP faz sua exigência de toda a lavoura regional: imediato abastecimento de Trás-os-Montes com adubos de cobertura necessários e a manutenção dos preços actualmente em vigor; a renovação urgente das linhas e material circulante das referidas vias ferroviárias, tão necessárias

à agricultura e ao desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo alertamos para o real significado da política de «mudança» prometida pela «AD» durante a campanha eleitoral: «mudança» para pior, «mudança» para favorecer ainda mais os grandes intermediários, armazémistas e importadores, os grandes exploradores da riqueza produzida incansavelmente pelos agricultores.

Gasóleo mais barato para os agricultores

Gasóleo mais barato para os agricultores — eis uma exigência levantada em várias demonstrações de rua, nos últimos dias, e que hoje será reiterada durante a manifestação convocada pela Aliança das Ligas do Norte, junto da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, no Porto.

O saldo negativo para os que

labutam nos campos, em consequência das decisões do governo «AD», é já muito elevado: desde o aumento de 13 para 17 escudos e 50 centavos do litro do gásóleo, mercado da Junta Nacional dos Vinhos, passando pelas negociações consentidas aos importadores de batata e pelos lucros chorudos dados aos intermediários, através da

liberalização do preço do azeite. O governo Carneiro/Amaral mostra a sua cara.

Muitos milhares de contos são dados aos que vivem à custa dos que trabalham nos campos, enquanto estes vêm agravadas as suas condições de vida, sentem ao vivo na sua pele as nefastas consequências da conhecida lei das tesouras: comprar

sempre mais caro os factores de produção e vender a preços irrisórios os produtos agrícolas.

A luta é o caminho. A experiência recente dos trabalhadores em defesa das convenções colectivas que o Ministério do Trabalho quer congelar, mostra que é possível obrigar o governo a recuar.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 776826/776825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarde, 578 - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha - 3000 Coimbra. Tel. 31285.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7800 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776937.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heskia Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro: 72 430

A morte de José Magro

• Homageamos José Magro com a nossa luta e com os êxitos dos trabalhadores e do seu Partido

Parar dois minutos em silêncio diante do caixão de José Magro — emoldurado por dezenas e dezenas de coroas e ramos de flores, nas quais se destacava o vermelho dos cravos de Abril — entre o sussurro das vozes amigas que chegavam da rua àquele primeiro andar de Alcântara, o bairro onde nasceu, era uma homenagem sentida, sim, mas não a última, embora assim se chame à que se presta aos mortos. Representado ali por muitas centenas dos seus militantes, desde sexta-feira à noite,

ininterruptamente, em tumos consecutivos até à saída do funeral, o Partido Comunista Português não se limitava a prestar, como horas depois no cemitério, uma homenagem derradeira. A vida de militantes comunistas como José Magro será homenageada sempre. A sua memória acompanhará a vida do seu Partido. Quando numa pequena luta, numa acção diária, os trabalhadores, os comunistas avançarem um passo, assim será homenageada a sua vida de militante e dirigente comunista.



Na rua estava muita gente. Depois do turno de velada que, coube ao colectivo do «Avante!», cerca de uma hora antes da saída do funeral, parámos junto de um e outro grupo. Ouvíamos o que se dizia, enquanto abríamos caminho à procura de espaço para esperar. Os camaradas e amigos que acompanhavam José Magro (e muitos deles conheciam-no pessoalmente, trabalharam com ele) recordavam hipóteses, factos, referiam ou comentavam as «Cartas da Prisão», a sua defesa no «plenário» fascista. Participávamos na conversa. Mas, conhecidas como são, essas recordações depressa lhe davam outro rumo.

Uma informação breve sobre a sua doença abriu caminho ao presente e o camarada José Magro perpassava naquela multidão como quem saíra um e outro, servindo de prelúdio ao que se revelava da actividade do Partido nesta e naquela empresa. Um delegado sindical comentava a última eleição. Um êxito como tantos no caminho da unidade entrava também na homenagem à memória viva do militante, do dirigente desaparecido.

Personalidades conhecidas da vida política, estiveram presentes. Entre elas, os dirigentes do PS, Tito de Morais e Aquilino Ribeiro Machado, assim como vários dirigentes do MDP/CDE, levaram ao Centro de Trabalho de Alcântara a sua homenagem de democratas e antifascistas àquele que ali repousava entre milhares de amigos e companheiros dispostos a continuar a sua

luta, a luta do Partido, a luta da democracia e do socialismo. Dali a pouco, no cemitério de Benfica, os quilómetros do cortejo fúnebre desembocariam num mar de gente comovida, que desde há horas ali permanecia. Entre alas compactas, novo cortejo se formou então, incluindo dezenas de membros da direcção do Partido, acompanhando a pé o féretro até à campa rasa onde ficou sepultado o companheiro de tantos anos.

Nas palavras que proferiu junto do túmulo, perante milhares de pessoas, o camarada Álvaro Cunhal acentuou bem o que foi a luta de uma vida inteira. Vinte anos na prisão, em condições de clandestinidade, torturas, privações de toda a ordem não alteraram o ânimo e a vontade de vencer do camarada falecido. Mas grande parte das palavras de homenagem que o Partido prestava ao seu dirigente foram, como se lerá a seguir, palavras do presente, palavras da luta de hoje, proferidas entre a determinação bem manifesta de a continuar como José Magro a continuar.

Por isso, a homenagem não foi a última. A homenagem aos nossos mortos perdura nas lutas de ontem, mas está presente, hoje e aqui, nos campos da Reforma Agrária, nas lutas de massas contra um Governo inimigo do povo português. Cada êxito dos trabalhadores nessa luta, cada êxito do Partido será mais um cravo na campa do camarada José Magro, um cravo de Abril, que ele preparou e viu nascer.

Uma vida de luta

José Magro nasceu em Lisboa, na freguesia de Alcântara, em 27 de Março de 1920.

Participou nas lutas estudantis antifascistas de Lisboa nos anos de 1937/42, quando frequentava o curso de Medicina, que foi obrigado a abandonar por dificuldades económicas.

Empregado de escritório, activista da Juventude Comunista, tomou-se membro do Partido Comunista Português em 1940. Desenvolveu intensa

actividade cultural em colectivas de recreio tendo feito parte dos seus corpos gerentes.

A partir de 1945 dedicou toda a sua actividade à luta antifascista, passando a ser funcionário do PCP. A sua actividade clandestina desdobrou-se em diversas regiões e sectores, incluindo o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF).

A PIDE prendeu-o pela primeira vez em 1950, tendo então passado por diversas

cadeias políticas e mesmo de presos comuns, vivendo situações que ele próprio relatou no seu livro «Cartas da Prisão».

Saiu em liberdade no ano de 1957 tendo regressado à luta clandestina pouco tempo depois. Em 1957 passou a ser membro do Comité Central do PCP, cargo para que foi sucessivamente eleito em todos os Congressos posteriormente realizados.

José Magro teve um papel destacado nas lutas e movimentos de massas de 1957 a 1959 contra o fascismo.

José Magro é novamente preso pela PIDE em meados de 1959 mas volta a conhecer a liberdade em 4 de Dezembro de 1961 em consequência da memorável fuga de Caxias de que foi um dos principais organizadores.

Seis meses depois voltava a ser preso, logo a seguir às grandes acções de Maio de 1962 contra a ditadura fascista, nas quais desempenhou papel de relevo.

José Magro só voltaria à liberdade com o 25 de Abril. Ao todo passou mais de 20

anos nas prisões fascistas.

Após o 25 de Abril foi membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa e posteriormente responsável pela Direcção de Organização da Região Autónoma dos Açores e da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira. Era membro da Comissão Central de Organização.

Foi deputado à Assembleia Constituinte e um dos seus vice-presidentes e também deputado à Assembleia da República de 1976.

Álvaro Cunhal: «Proseguiremos sem vacilações o caminho traçado»

No cemitério de Benfica, no último adeus a José Magro, Álvaro Cunhal, perante milhares de pessoas, pronunciou as seguintes palavras:

Camaradas e amigos: Vimos hoje aqui, numa hora triste, despedimo-nos para sempre de um velho companheiro de combate. Uma vida inteira consagrada à luta. Oito anos na clandestinidade. Torturas, condenações, 20 anos passados na prisão. Uma tal biografia fala por si. Fala do pesadelo fascista que o povo português sofreu durante quase meio século e ao qual não quer voltar.

Fala da dura luta e da inteira dedicação dos comunistas, sempre com o povo, sempre com a pátria. Por isso, prestar hoje a nossa última homenagem a José Magro é lembrar, a par da vida de luta de um destacado militante comunista, a luta indomável do Partido ao longo de toda a sua história.

E lembrar que ninguém excede os comunistas na dedicação à luta pela liberdade e a democracia. Aqueles que, encobrindo os seus propósitos por detrás da palavra «democracia» hoje atacam violentamente os comunistas, são os directos continuadores e herdeiros políticos e ideológicos daqueles que, em 50 anos de ditadura, procuraram, a coberto do mesmo anticomunismo, justificar a supressão das liberdades, a repressão e os crimes mais monstruosos apenas para garantir privilégios dos grupos monopolistas e de algumas centenas de famílias de latifundiários.

Aqueles que hoje, a partir do Governo, da Assembleia da República, de partidos reacçãoários, dos órgãos de comunicação social, atacam violentamente os comunistas, chamando-se a si próprios «democratas» e acusando os comunistas de «totalitários», são de facto eles próprios os «totalitários», que, atacando os comunistas, visam destruir a democracia.

O plano das forças do passado que conjuntamente detêm o Governo e uma maioria, embora escassa

e frágil na Assembleia da República, é liquidar o regime democrático, restaurar o poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, instaurar uma nova ditadura. A chamada «Aliança Democrática» cada vez mais se revela como sendo cobertura e incubadora do fascismo.

O que o Governo está fazendo são verdadeiros atentados e crimes contra o povo português, contra o regime democrático, contra a independência de Portugal. Assalta o aparelho do Estado, Assalta os meios de comunicação social. Assalta as alcavancas da vida económica. Assalta o sector nacionalizado e as unidades agrícolas da Reforma Agrária. Entrega postos-chave a fascistas declarados e a outros representantes dos interesses do grande capital e dos latifundiários. Lança o País numa política de guerra fria ao serviço dos círculos mais agressivos do imperialismo.

Vivemos uma situação original em que é o Governo que organiza e leva a cabo a subversão, viola a Constituição, a legalidade e a ordem democrática e é a classe operária, são os trabalhadores e as massas populares, são os comunistas, que defendem as instituições, o regime, a legalidade, a ordem e a tranquilidade pública. Hoje aqui, neste acto solene, ao prestarmos a última homenagem a um companheiro que dedicou 40 anos inteiros de luta, à causa do povo e da pátria e lembrando todos aqueles que deram a própria liberdade e a vida para pôr fim ao fascismo, queremos confirmar, pelo muito que o povo português conquistou e está defendendo, que tais sacrifícios e tais exemplos não foram nem serão em vão.

Queremos confirmar que a luta continua até que o Governo Sá Carneiro — Governo de usurpadores do

Poder — seja escorçado, até que sejam restabelecidas a normalidade e a legalidade democráticas, até que as forças do passado fascista sejam derrotadas de uma vez para sempre.

Lembrando que, tal como José Magro, milhares de comunistas e outros democratas sacrificaram a sua liberdade para que o povo português viesse a alcançar a liberdade, queremos hoje aqui confirmar que os comunistas não pouparam esforços, energias e sacrifícios se necessário, para que não mais seja roubado ao povo esse bem precioso que é a liberdade.

Lutamos e lutaremos em defesa das liberdades e direitos alcançados com a Revolução de Abril e exercermos tais liberdades e direitos quaisquer que sejam as medidas despóticas de autoridades violadoras da legalidade democrática. Lutamos e lutaremos em defesa dos interesses do povo trabalhador — do pão, do trabalho, da habitação, da saúde, do ensino.

Lutamos e lutaremos para que sejam rectificadas as decisões arbitrárias, ilegais e criminosas contra a Reforma Agrária, para que cessem as acções banditescas no Alentejo, para que voltem ao poder dos trabalhadores das UCPS/Cooperativas as terras, as máquinas, os gados, as instalações, os valores que lhes foram roubados e para que a Reforma Agrária vá finalmente ao encontro de todos os latifundiários e à entrega da terra a quem trabalha.

Lutamos e lutaremos para que não vá por diante o projecto inconstitucional e ilegal do Governo de promover a formação de bancos privados e de companhias de seguros privadas — primeiro grande golpe às nacionalizações — e aqui afirmamos que, no caso de a reacção prosseguir tal objectivo, lutaremos para que tais bancos e companhias sejam o mais rapidamente possível nacionalizados sem qualquer indemnização. Lutamos e lutaremos por

uma informação livre e democrática e em defesa da cultura hoje espezinhada pela política obscurantista e fascizante do Governo da Aliança Reacçãoária.

Lutamos e lutaremos pela amizade e cooperação com todos os povos do Mundo, designadamente com os novos Estados africanos e por uma política de verdadeira independência nacional hoje comprometida pela política aventureirista de guerra fria, de submissão e capitulação nacional, política que conduz ao «orgulhosamente só» salazarista ao serviço dos círculos mais agressivos do imperialismo.

Lutamos e lutaremos até cortar definitivamente o passo à reacção, garantir o cumprimento da Constituição, salvaguardar o regime democrático e operar uma viragem política que assegure a consolidação e o prosseguimento do Portugal de Abril.

Lutamos e lutaremos para que não mais seja possível na nossa terra que alguém, como foi o caso de José Magro, passe 20 anos na prisão por motivo das suas opiniões políticas.

A vida de luta de José Magro constitui um incentivo à actividade de todos os militantes. Aos militantes vindos da clandestinidade, juntaram-se até hoje mais de 150 mil novos comunistas, trazendo ao Partido o ardente entusiasmo e as novas e ricas experiências da Revolução portuguesa.



O PCP é hoje um imenso colectivo político — o maior, o mais organizado, o mais consciente, o mais militante, o mais unido exército político em Portugal.

Indissoluvelmente ligado à classe operária, ao campesinato, às massas populares, lutando tenazmente pela unidade dos trabalhadores, pela unidade dos democratas e patriotas, o PCP tudo fará para ser digno dos sofrimentos e dos sacrifícios daqueles que entregaram as suas vidas à causa do nosso povo e da nossa pátria.

Na situação presente mais que nunca se confirma que o PCP é o Partido da verdade, da esperança e do futuro.

Em última instância será o povo português que decidirá o destino de Portugal. Estamos absolutamente certos de que o decidirá com aqueles que, como José Magro, vivem, lutam, não movidos pela defesa de privilégios, por ambições pessoais, por interesses mesquinhos, mas pelos elevados ideais da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo.

O PCP é uma força necessária, decisiva e indispensável para a defesa, consolidação e continuação do regime democrático. Dizendo adeus para sempre a um velho companheiro de luta, aqui afirmamos que proseguiremos sem vacilações o caminho traçado. A luta continua. A vitória é difícil, mas será nossa.

Professores comunistas de Lisboa: Revisão dos programas escolares tem claros motivos ideológicos

Como já aqui foi referido, o Governo da «aliança reacçãoária» prossegue a sua ofensiva desestabilizadora contra as estruturas do Ensino. Parte integrante dessa ofensiva, a política de revisão dos programas dos ensinos preparatório e secundário e de imposição do livro único, foi uma vez mais posta em destaque pelo secretário de Estado da Educação, sr. Roberto Carneiro, do CDS, que em declarações tornadas públicas reafirmou a urgência do Governo na concretização de tal política, que, entretanto, tem suscitado o repúdio generalizado dos sectores democráticos ligados ao Ensino, nomeadamente o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Juventude Socialista, Juventude Comunista, Associações de Estudantes do Secundário e muitas outras estruturas com representatividade da população escolar.

Recentemente, também a Organização dos Professores da ORL do PCP manifestou a sua «apreensão quanto à recente decisão do Governo em rever os conteúdos dos programas de Ensino», acrescentando que aquela iniciativa do executivo liderado por Sá Carneiro «mais não significa, no campo da Educação, que tentar apagar dos conteúdos de ensino aquilo que de progressista ainda resta, fazendo da escola um instrumento que veicule a ideologia fascizante que caracteriza este Governo, e dos professores meros agentes da sua política».

«Este Governo, na mira de subverter o regime democrático, mostra claramente os seus objectivos, apresentando para a anunciada revisão puras razões político-ideológicas, contrariando assim frontalmente a Constituição da República, quanto ao que refere no seu artigo 43.º (n.º 2):

«Não contestamos a necessidade de rever programas, adequando-os às exigências do desenvolvimento científico, económico e social do nosso País, e possibilitando uma melhor integração interdisciplinar e adaptação ao nível etário dos estudantes. Mas, em tal matéria, a audição dos professores e das suas estruturas representativas é indispensável para que as alterações aos conteúdos do Ensino se fundamentem, de facto, em critérios de ordem científica e pedagógica. Não é este o tipo de preocupações que orientou a decisão do Governo.»

Longe disso, o executivo da «aliança reacçãoária», para além de tomar uma decisão autoritária e de claro sentido retrógrado, tem em vista objectivos de ordem ideológica e de «tentativa de hegemocratização de ideias e concepções» do antigo regime, como já denunciou a JCP, em documento a que o «Avante!» aludiu recentemente.

Volto à nota dos professores comunistas, é de referir uma outra passagem, na qual se relaciona a presente ofensiva contra o Ensino do Governo Sá Carneiro/PPD/CDS com o conjunto das medidas antidemocráticas até agora levadas à prática por aquele executivo.

«O que está em causa», lê-se ainda, «é a tentativa de imposição do livro único. «Desengane-se o Governo da aliança reacçãoária. Nas escolas os professores têm a força suficiente para defender e praticar uma política educativa e uma acção pedagógica subordinada, não à censura político-ideológica, mas à necessidade de formar a juventude nos ideais democráticos — num espírito de abertura e diálogo, respeitando os direitos, liberdades e garantias consagradas na nossa Lei Fundamental» — conclui o documento.

«As intenções são as mesmas»... Lê-se, a dado passo, no referido documento:

«Nesta sua escalada de subversão do regime democrático não se coíbe este Governo de extinguir

a companhia de Teatro S. Luis (empobrecendo deliberadamente o património cultural do País e a fruição da cultura pelos trabalhadores), de boicotar na prática as comemorações do Congresso das Comunidades e do 25 de Abril, e de exorbitar das suas funções de Governo intercalar, tentando impor conteúdos ao Ensino que entrariam em vigor numa altura em que este Governo já terá sido apaidado pelo voto do Povo português.

«As recentes medidas pseudo-económicas que afectam de forma gravosa o nível de vida dos portugueses são já a demonstração clara dos objectivos do Governo e desmascaram a demagogia das suas promessas eleitoralistas.

«No mundo do trabalho e no mundo da cultura as suas intenções são as mesmas: atacar a democracia, subverter o regime, impor a ditadura.»

Comunistas de Tires têm Centro de Trabalho • Inauguração no domingo

Uma grande jornada de convívio popular assinalará no próximo domingo a abertura de mais um Centro de Trabalho do Partido: acontecerá em Tires, freguesia de Cascais, a Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana do PCP sublinha que

a abertura de mais um CT se insere nas «responsabilidades históricas que o Partido tem para com a classe operária, todos os trabalhadores e o Povo português em geral», responsabilidades essas que exigem «cada vez mais o reforço da organização

e a criação de condições objectivas para que os seus militantes participem cada vez mais activamente na vida política do nosso país».

Por outro lado, os comunistas de S. Domingos de Rana salientam que a abertura do CT em Tires «constitui uma afirmação de «confiança» do nosso grande colectivo, o PCP, no futuro da luta dos trabalhadores em defesa das conquistas da Revolução

Transportes (Lisboa) Encontros de Quadros no próximo sábado

É já no próximo sábado que se realiza um Encontro de Quadros do sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

A reunião iniciará os seus trabalhos às 10 horas, no CT Vitória, na Avenida da Liberdade.

O camarada Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, participará no Encontro.

2.ª zona do CLL

A organização da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) reúne no próximo sábado o seu II Encontro de Quadros, que tem como principais pontos da ordem de trabalhos o balanço da actividade desenvolvida e as perspectivas de acção para este ano de 1980.

O Encontro começará às 10 horas, na Academia de Santo Amaro, com a participação do camarada José Casanova, suplente do Secretário do Comité Central do Partido.

Sessões do Partido na Margem Sul

• Barreiro Amanhã, às 21 e 30, no pavilhão dos Ferrovíários, realiza-se um encontro em que será debatida a situação socioprofissional dos trabalhadores da Saúde e as questões relacionadas com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

• Costa da Caparica No sábado, às 21 e 30, sessão nos Bombeiros, com o presidente da Câmara Municipal de Almada, camarada José Vieira.

• Quinta do Conde Também no sábado, à mesma hora, na casa do sr. Armindo (junto à Escola da Boa Água), sessão com Sousa Marques, deputado comunista.

• Cova da Piedade No próximo dia 4, às 21 e 30, no Clube Recreativo Barroquense, sessão sobre o aniversário do Partido e de Bento Gonçalves.

«Fado de Abril»

Integrado na campanha de recolha de fundos para o novo Centro de Trabalho do PCP em Almada, realiza-se no próximo sábado um grandioso espectáculo popular subordinado ao lema «Fado de Abril».

Entre outros, participarão José Manuel Osório, Ana Pinto, António Gambaio, José Castanheira, César Pinto, Manuel Maia, Luísa Vieira, Mário Rosinha e Quim Valente. A guitarra estarão Fernando Madeira e João Martins.

O espectáculo decorrerá na Incrivel Almadense, a partir das 21 e 30. Há bilhetes à venda nos CTs e também na bilheteira daquela colectividade no próprio dia.

Mensagens de condolências

Ao Comité Central do Partido Comunista Português têm chegado inúmeras mensagens de condolências pela morte de José Magro, vindas de partidos irmãos, organizações políticas e sociais do nosso país, bem como de personalidades da vida pública e democratas, além de outras enviadas por numerosas organizações e grupos de militantes do PCP.

Operário Unificado Polaco (sublinhe-se que, na Polónia socialista, o saudoso camarada José Magro foi alvo de tratamentos médicos com o objectivo de enfrentar a doença que o minava), dr. Mário Soares (em nome do Partido Socialista), Secretariado Executivo Nacional da UEDS, MDM do Porto, Ruy Luís Gomes e José Morgado, direcção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, secretariado da União dos Sindicatos de Portalegre, Liga dos Pequenos

e Médios Agricultores de Campo Maior, Agostinho Sardinha (do Funchal), Ramon de La Féria, Alcina Bastos e Luís Francisco Rebelo.

Enviaram igualmente mensagens as Direcções das Organizações Regionais do Alentejo, da Beira Interior, de Trás-os-Montes, do Porto, as Direcções das Organizações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, bem como as Comissões Concelhias de Seia, Pinhel, Covilhã, Guarda, Oliveira de

Azeméis, Chaves, Miranda, Marinhão, Grate, Barreira, Oeiras, Lagos, Moita, além da Comissão Distrital de Bragança.

Também enviaram mensagens as Comissões de Freguesia de Lousa, Loures, Bucelas, Tujais, Santa Iria, Sacavém, Camarate, Póvoa de Santa Iria, Moscavide, Apelação, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, além do Organismo de Direcção do Trabalho Camponês da Comissão Concelhia de Loures, dos trabalhadores

comunistas dos Serviços de Pessoal dos Hospitais Cívicos de Lisboa, dos funcionários do PCP da Madeira, de três comunistas de militantes comunistas na reunião regional de quadros das células de empresa do distrito do Porto, dos Sectores Intelectuais de Braga e do Porto, da célula da Corame, dos comunistas da Covina, do Comité Local do Zambujal, dos comunistas que trabalham como cooperantes na República Popular de Angola e na República Popular de Moçambique, e de amigos de Torontó,

Eleições na Associação Académica de Coimbra

Termina hoje a primeira volta das eleições para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (AAC), um dos mais importantes organismos da população estudantil universitária do país.

Apresenta-se ao acto eleitoral cinco listas: "A", da JSD/PPD que conta com o apoio da actual Direcção, cujo trabalho tem sido caracterizado por irregularidades e demagogia, como é do conheci-

mento dos estudantes; "B", do CDS; "C", dos agrupamentos esquerdistas; "D", candidatura unitária e democrática apoiada pela JCP e Juventude Socialista; e por último "E", do moribundo MRPP.

Campanha dos 20 mil Um esforço final com determinação!

A campanha dos 20 mil contos entrou numa fase decisiva. O seu êxito e, no imediato, a satisfação dos compromissos assumidos pelo Partido em relação à nova sede, impõem que se intensifiquem os esforços para o arranque final da campanha.

Que tal situação foi já entendida pelas organizações e militantes do Partido é facto bem evidenciado na intensificação do ritmo das recolhas de fundos para a campanha verificada no mês de Janeiro. Mas a verdade é que o ritmo imprimido à campanha durante o mês passado é ainda insuficiente. O sucesso da campanha exige mais dinheiro, mais depressa.

Para o necessário arranque final é da maior importância o êxito da iniciativa do dia de salário para o Partido, assim como o esforço para cobrar os compromissos em atraso. Eis duas direcções de trabalho muito precisas e a merecer a maior atenção no período até ao fecho das contas do mês corrente.

O dia de salário para o Partido

A iniciativa do Dia de Salário para o Partido tem uma

importância decisiva nesta fase da campanha. O dia de salário dá uma substancial contribuição para a campanha dos 20 mil contos com base em contribuições extraordinárias, o que permitirá uma rápida recolha de uma soma considerável.

Existem boas condições neste momento para o êxito da iniciativa: estamos no fim do mês e em vésperas do aniversário do Partido, data a que a iniciativa do Dia de Salário está associada. Permitirá que milhares de trabalhadores contribuam para o reforço do Partido, contribuindo para erguer no Norte uma sede à altura do PCP.

Para o sucesso da iniciativa e da campanha há que motivar todos os trabalhadores que vêm no PCP o mais consequente, firme e combativo defensor dos seus direitos e interesses para que contribuam com um dia de salário para o Partido.

Os compromissos

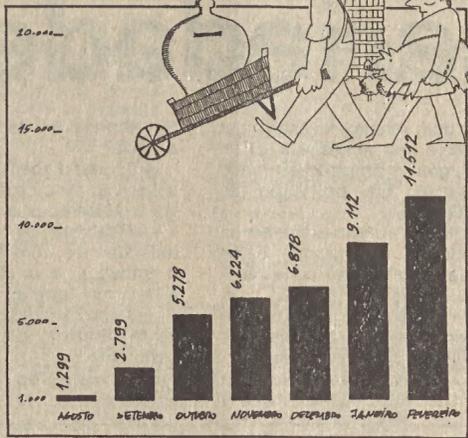
Através dos «cartões de compromisso» muitos militantes, simpatizantes e amigos do Partido comprometem-se a dar mensalmente uma determinada

quantia para a campanha dos 20 mil contos. Os «compromissos» passaram a constituir uma garantia do êxito da campanha.

Mas, para que tal suceda, necessário se torna que os «compromissos» sejam cobrados efectiva e eficazmente. Acontece, no entanto, que um considerável número de «cartões» se encontram em atraso. Há que ultrapassar rapidamente esta situação, desenvolvendo um grande esforço para cobrar os «compromissos» em atraso.

Aproxima-se a data do 59.º aniversário do Partido. O objectivo de oferecer ao PCP uma sede no Norte à altura da sua influência e prestígio, na passagem de mais um ano de vida e de luta, impõe que se desenvolva um grande esforço no sentido de satisfazer os compromissos assumidos em relação à nova sede e de realizar o objectivo financeiro da campanha. Sede existe, há que pagá-la.

O esforço final da campanha impõe que se vençam as dificuldades e se recuperem os atrasos. Com determinação, trabalho e confiança, as organizações e militantes do



Partido, com o apoio dos trabalhadores, dos democratas, poderão dotar o Partido de melhores condições para a luta e a sua organização, em defesa

dos interesses do povo e do país. A sede do Norte será um novo Centro de Trabalho para a construção do Portugal livre, democrático e independente.

Mais pormenores sobre a Festa da Primavera

• Santarém: 28, 29 e 30 de Março

Como o «Avante!» já noticiou na passada semana, a Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP realiza nos dias 28, 29 e 30 de Março, no recinto da Feira da Agricultura, mais uma edição da conhecida Festa da Primavera, de cujo programa damos hoje mais alguns pormenores.

Comecemos pelo teatro. A peça «A caminho do futuro», da autoria do operário corticeiro reformado José Vicente, será representada pelo GATA - Grupo Amador de Teatro de Alpiarça.

Por seu turno, o desporto reunirá uma presença variada e estamos certos, mobilizadora. Haverá futebol de sete, damas, xadrez, chinchilho, ciclismo e atletismo.

A criança, os seus problemas, as suas necessidades, também será tema na Festa da Primavera, estando prevista uma vasta participação das organizações dos Pioneiros de Portugal, que têm já assegurado o seu espaço.

Grande atractivo da Festa, o folclore, com as suas cores e a sua variedade musical e etnográfica, será presença destacada. Está já assegurada a participação, entre outros, do Grupo Coral Alentejano «Os Amigos do Barreiro» e dos Ranchos de S. Domingos, dos Campinos da Azinhaga, das Ceifeiras de Porto de Muge, os Aveiros do Escaroupim e o Popular do Entonamento.

O Dia Nacional da Juventude coincide com o da abertura da Festa da Primavera, que assim dedicará o 28 de Março à jovem geração, promovendo um espectáculo de música moderna.

O Canto Livre não está esquecido... Levantando apenas uma ponta do véu (brevemente revelaremos mais nomes), pode-se referir desde já a participação dos seguintes grupos: «Resistência», «Charanga», «Jornada» e «Cancioneiro».

Distrito do Porto Reunião com 250 quadros de células de empresa

Cerca de 250 quadros de células de empresas do distrito do Porto reuniram-se, no último sábado, no Centro de Trabalho de Anibal Cunha, no Porto, para fazerem um balanço da situação e discutirem as dificuldades, deficiências, êxitos e progressos deste importante sector do Partido.

Os trabalhos foram muito intensos e em mais de duas

dezenas de intervenções foram focados problemas de funcionamento e questões relacionadas com a actividade das células. Foi salientada a necessidade de ser aprofundada a nível de cada célula e de cada secretariado a discussão dos problemas que afectam os trabalhadores, renovação de quadros, o fortalecimento da unidade e coesão dos militantes e das

células de empresa. Foram igualmente focados os problemas dos fundos, a campanha dos 20 mil contos, a influência crescente do Partido e as possibilidades de alargamento das células.

Na mesa encontravam-se vários camaradas do executivo da DORP e o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC.

Sessão no CT de Anibal Cunha

A situação política internacional é o tema do debate que se realiza amanhã à noite, no Centro de Trabalho de Anibal Cunha, no Porto, com a participação do camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido.

A sessão inicia-se às 21 e 30, no pavilhão do CT, é promovido conjuntamente pelo Sector Intelectual do PCP e pela DORP da Juventude Comunista.

A iniciativa é aberta aos militantes das duas organizações.

Gabriel Pedro

Passa amanhã mais um aniversário sobre a morte do camarada Gabriel Pedro, destacado militante antifascista cujo nome está enraizado na história da luta contra a ditadura e a opressão em Portugal.

Membro do Partido Comunista desde a década de 20, Gabriel Pedro participou activamente na luta pela liberdade do nosso Povo. Prisioneiro do Tarrafal, Campo da Morte Lenta, passou nas prisões fascistas 10 anos da sua vida, ao longo dos quais enfrentou sempre com grande coragem as sevícias e as torturas da PIDE.

Uma vez em liberdade, continuou a dar o melhor de si próprio à luta contra o salazarismo.

Mais tarde, devido às perseguições da PIDE, emigra para França, já nos anos 60, e aí prossegue a actividade política.

Apesar de doente, impulsiona várias acções de luta das comunidades emigradas quer para desmascarar a política fascista que persistia em Portugal, quer para denunciar as péssimas condições de vida e trabalho a que estavam sujeitos os portugueses em terras de França.

Gabriel Pedro viria a falecer em Paris, após doença grave. Depois do 25 de Abril, os seus restos mortais vieram para Portugal.

Gabriel Pedro um exemplo de luta!

CAMARADAS FALECIDOS



JOSÉ DOMINGUES
- Faleceu na Marinha Grande, no passado dia 20, o camarada José Domingues, de 85 anos. Combatente do 18 de Janeiro de

1934, foi preso no dia 20 do mesmo mês, sendo enviado pela polícia política do fascismo para a Ilha Terceira, juntamente com outros militantes antifascistas. Ali passou vários anos.

IDALINA MARTINS
- Também recentemente, faleceu a camarada Idalina Martins, do lugar de Sobralinho, onde era muito estimada. No seu funeral, que constituiu uma impressionante manifestação de pesar na localidade incorporaram-se mais de 1000 pessoas.

As famílias dos camaradas falecidos «o Avante!» endereça votos de pesar.

Obras completas de SOEIRO PEREIRA GOMES



edições • popular • especial para colecionadores

No sábado: II Assembleia da Organização Concelhia de Chaves

Decorrerá no próximo sábado a II Assembleia da Organização Concelhia de Chaves do PCP, etapa importante do trabalho que os comunistas desta zona de Trás-os-Montes vêm desenvolvendo numa acção plena de empenhamento militante e combatividade, orientada para o reforço do Partido e da luta pelos direitos da população trabalhadora.

A assembleia terá lugar no Liceu de Chaves, incluindo o seu programa, além do debate dos problemas da organização, eleição da nova Comissão Concelhia e intervenção por um camarada do Comité Central, um espectáculo com Canto Livre e exibição de filmes

Uma reunião preparatória com dezenas de camaradas

Entretanto, no último fim-de-semana realizou-se uma reunião de militantes do concelho, na qual participou o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Estiveram presentes várias dezenas de militantes e amigos do Partido, tendo a ordem de trabalhos dois temas fundamentais: a situação política actual, que foi abordada pelo camarada Joaquim Gomes e que suscitou vivo debate, e a preparação da II Assembleia Concelhia.

Como afirmou ao «Avante!», o camarada Sérgio Teixeira, suplente do Comité Central, que

também participou, esta reunião constituiu um passo importante no trabalho dos militantes, e de forma particular para a realização da II Assembleia.

De salientar que a reunião de militantes contou com a presença de grande número de mulheres e jovens, tendo decorrido num ambiente de viva participação e entusiasmo.

A pouco e pouco, mas de forma decidida, os comunistas e todos os democratas de Trás-os-Montes avançam na luta pela democracia e o esclarecimento das populações, manipuladas pelo caciquismo reaccionário e esquecidas e abandonadas pelo Poder Central. Chaves dá o exemplo!

«Abril Vencerá! Adere ao PCP!» Entusiasmo e dinamismo no recrutamento da ORL

«Abril Vencerá! Adere ao PCP!». Este o tema da campanha de recrutamento promovida pela Organização Regional de Lisboa no âmbito das conclusões aprovadas pela última reunião do Comité Central do Partido (24/25 de Janeiro), que, como o «Avante!», já amplamente noticiou, decidiu a realização de uma vasta acção de recrutamento até ao próximo mês de Junho (data da Conferência Nacional) com a meta mínima de 10 mil novos militantes em todo o país.

No distrito de Lisboa, a meta estabelecida é de 3500 novos comunistas e o trabalho está a decorrer com grande entusiasmo e dinamismo, apresentando já números bem significativos, facto que foi analisado em particular numa recente reunião da Comissão Coordenadora Distrital da campanha.

A título de exemplo, pode-se salientar o caso das organizações de Vila Franca de Xira, Sintra e Amadora, que já recrutaram em terço do número de militantes que durante todo o ano de 1979 aderiram ao Partido naquelas zonas.

De especial significado são

também os resultados até agora verificados nas organizações da Lourinhã e Cadaval.

Aqui entraram desde fins de Janeiro para o Partido tantos camaradas quantos os que aderiram durante todo o ano de 79.

As direcções fundamentais do trabalho na campanha

Os camaradas do distrito de Lisboa, onde se registou nas últimas eleições um aumento da votação no PCP/APU em todas as freguesias, avançam, pois, com grande entusiasmo nas tarefas da campanha, estado de espírito este que, aliás, caracterizou o início da promoção, nomeadamente nas reuniões em que as Comissões Concelhias e os Sectores da ORL discutiram as metas propostas, tendo em vários casos decidido ampliar os objectivos previamente encarados.

Mas se é certo que o entusiasmo e o dinamismo estão a possibilitar o avanço decidido para o êxito da promoção distrital, também o debate fundamentado e objectivo sobre as realidades da campanha e a sua organização planificada são questões que estão a merecer a atenção dos camaradas, tal como foi salientado na reunião a que já aludimos da Coordenadora distrital.

Com efeito, foram apontados como direcções fundamentais para o trabalho de recrutamento na área distrital de Lisboa: a ligação da campanha ao reforço orgânico do PCP, integrando rapidamente os novos camaradas, estruturando e dinamizando a organização do Partido; a mobilização de mais jovens (em coordenação com a JCP), tendo em conta os novos e difíceis problemas da massa juvenil e, por outro lado, as tarefas que se colocam à juventude no quadro do movimento operário e popular; a continuação do recrutamento entre os operários, base essencial do nosso Partido, a par do reforço das células de empresa e a criação de novas células; o recrutamento de mais camponeses, tarefa

Manteigas e S. Jorge da Beira: Dois novos Centros de Trabalho

Manteigas, no distrito da Guarda, e S. Jorge da Beira, distrito de Castelo Branco, assistiram no último fim-de-semana às inaugurações de novos Centros de Trabalho do PCP, jornadas de grande significado político que também proporcionaram momentos de vibrante entusiasmo entre os camaradas e amigos do Partido.

Em ambos os casos esteve presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

O CT de Manteigas, bem situado e com óptimas condições, resultou do esforço e da iniciativa da organização, sendo de destacar a viva participação da juventude. Para suportarem os pesados encargos com a renda, os camaradas quotizam-se e desenvolvem amplos esforços no âmbito da recolha de fundos. Neste sentido, as ajudas financeiras dos camaradas naturais de Manteigas que residem noutros pontos do país seriam bem recebidas pela organização local.

O programa que assinalou a inauguração do CT incluiu uma intervenção política pelo camarada Dias Lourenço, que também se referiu ao significado da iniciativa, salientando as novas possibilidades de trabalho com que agora contam os comunistas e amigos do Partido em Manteigas. Houve ainda a projecção de um filme e um animado convívio em que os jovens marcaram presença saliente.

Constituída essencialmente pelas habitações dos mineiros da Panasqueira e respectivas famílias, S. Jorge da Beira viveu também com entusiasmo a inauguração do Centro de Trabalho do PCP, que está instalado num edifício reconstruído pela dedicação e carinho de muitos camaradas e amigos do Partido.

As iniciativas que assinalaram a abertura do CT decorreram na escola primária

da terra, tendo participado na sessão com os camaradas Dias Lourenço e João Amaral cerca de 200 pessoas, entre as quais muitos jovens e mulheres.

Na sua intervenção, o director do «Avante!» teve oportunidade de se referir aos agudos problemas sentidos pela população de S. Jorge, onde são muito deficientes as condições sanitárias, nomeadamente devido à formação de lixo e ainda os da habitação.

Dias Lourenço salientou além disso as perspectivas de aldeia quanto ao futuro, destacando, a propósito, o Centro de Saúde, que ainda não está em funcionamento, e a ideia da construção de um pavilhão gimnodesportivo, para o qual existem planos e que, uma vez concretizados,

virão dar vida a uma grande e justa aspiração da juventude local.

Além do dirigente comunista, falaram também na sessão os camaradas Lopes e Batista, mineiros, pertencentes à organização do Partido, tendo o programa incluído ainda um jantar de confraternização, cinema e um convívio musical, no qual participaram dois Pioneiros.

No decorrer da sua presença em S. Jorge, os camaradas Dias Lourenço e João Amaral, também deputados do PCP acompanhados por trabalhadores, camaradas e amigos do Partido dialogaram com vários elementos da população local, e a ideia da construção de um pavilhão gimnodesportivo, para o qual existem planos e que, uma vez concretizados,



Em S. Jorge da Beira...



... Terra dos mineiros da Panasqueira

Vale de Cambra Deputado comunista em contacto com o povo

Eleito nas intercalares para a Assembleia da República no distrito de Aveiro, que levou pela primeira vez uma voz comunista ao hemiciclo de S. Bento, o camarada Vital Moreira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, efectuou recentemente uma importante visita à laboriosa região de Vale de Cambra, com o principal objectivo (aliás concretizado em pleno) de contactar directamente com as realidades e problemas locais, trabalho fundamental para a sua actividade parlamentar profundamente ligada à defesa dos interesses da população que o elegu.

No decurso da sua visita, o deputado do PCP esteve em diversas empresas do concelho, nomeadamente a UNIAGRI, onde se registou uma troca de impressões com um elemento da Comissão Administrativa, que recebeu cordialmente o deputado comunista e lhe proporcionou uma visita às instalações da firma.

Ainda na UNIAGRI, depois de ter almoçado no refeitório, o camarada Vital Moreira reuniu com os delegados sindicais, tendo-se inteirado de forma pormenorizada acerca dos problemas sentidos pelos trabalhadores. As propostas por estes defendidas para o futuro da empresa foram também tema abordado no encontro. Após uma deslocação a outra empresa da zona - a MILLER - o deputado comunista foi convidado por um grupo de trabalhadores-estudantes para uma visita à Escola Secundária de Vale de Cambra, onde dialogou, num espírito de abertura e franqueza, com alunos e professores daquele estabelecimento de Ensino.

Os empresários da ARSOPI, a "política" e o "trabalho"...

Entretanto, é de assinalar que a presença do camarada Vital

Moreira na região "incomodou" alguns empresários, como os da ARSOPI, que recusaram autorização para uma visita à empresa, com o argumento de que "é uma casa de trabalho e não de política"... Que a ARSOPI é uma casa de trabalho concordamos, pois se o não fosse, também os deputados comunistas não teriam interesse em visitá-la. Quanto à "política"... os empresários, em causa deixaram escapar uma "gaffe", daquelas que não deixam muito bem os seus autores. A memória da população e em particular dos trabalhadores não é assim tão curta! No período eleitoral, em Novembro último, candidatos da "aliança reaccionária", visitaram essas empresas com o evidente objectivo da "caça ao voto". Assim, é de estranhar tal diferença de critérios... Ou talvez não... De que terão medo os patrões da ARSOPI?

Festa em Barca D'Alva

No próximo domingo, há festa em Barca D'Alva (distrito da Guarda). É a Festa das Amendoeiras em Flor, grande jornada de unidade, convívio e alegria aberta a toda a gente. «Comes-e-bebes», actividades recreativas e espectáculo musical são alguns dos atractivos da iniciativa, que terá ainda muitas surpresas. No decorrer da jornada haverá uma intervenção política.

Samuel, Conceição de Gouveia, Grupo "Yes" e Tó Zé são alguns dos artistas que actuarão na Festa das Amendoeiras em Flor, festa que já entrou nas tradições democráticas da região e que, uma vez mais, reunirá, em franco convívio, muitos trabalhadores, homens, mulheres e jovens da zona de Barca D'Alva, terra que continua firme na luta pelos horizontes de Abril.

Reunião de militantes do concelho de Sintra

Promovido pela Comissão Concelhia de Sintra do PCP, decorreu recentemente um Encontro de Quadros no Centro de Trabalho de Queluz. Participaram na reunião camaradas de diversas Comissões de Freguesia e células de empresa, nomeadamente de Queluz, Belas, Cacém, Rio de Mouro, Algueirão, S. Pedro, Montalvar, Colares, Almagem do Bispo e das empresas Icosal, DMC, CIM, Hoechst, Fábrica Portugal e SIAF entre outras.

O debate sobre o reforço da organização do Partido, tendo em conta a nova situação política e as responsabilidades que se colocam aos comunistas, mobilizou o interesse dos presentes, que dialogaram num ambiente de viva participação e empenhamento militante.

No âmbito do recrutamento, foi sublinhada a possibilidade de avançar no concelho com tarefas da mobilização. Recorde-se, a propósito, que na área concelhia de Sintra o PCP é a segunda força política, sendo, entretanto, a mais forte e implantada organização política de esquerda. Dirigiu o encontro o Executivo da Comissão Concelhia, tendo também participado nos trabalhos o camarada Hipólito Santos, da DORL e do Comité Central do Partido.

Célula da Bertrand realiza almoço-convívio

Na passagem de mais um aniversário do Partido, o 59.º, a célula dos trabalhadores comunistas da Livraria Bertrand leva a efeito no próximo sábado um almoço de confraternização, com início às 13 horas.

Estará presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, e a iniciativa decorrerá no refeitório do Centro Cultural e Desportivo dos Empregados de Comércio de Lisboa, na Praça D. Pedro IV (Rossio), 113.

Denunciar a política de destruição, apelar à solidariedade, lutar e vencer

Mais de 16 000 hectares das melhores terras (13 129 nos distritos de Beja, Évora e Portalegre e 3 000 nos distritos de Santarém e Setúbal), tirados às UCPs/Coop. num total de 38 reservas. Duas Cooperativas, a «4 de Março» e a «Torre Varela», completamente destruídas e muitas outras ameaçadas na sua sobrevivência. Roubo de milhares de cabeças de gado, de muitas máquinas e alfaias.

Este é em síntese o balanço de um mês de brutal ofensiva do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral contra a Reforma Agrária. Ofensiva que a par dos aspectos quantitativos, roubo de terras e de equipamentos, se caracteriza pela mais completa

ilegalidade espantosa e pela intensificação de um clima onde «imperava a força das armas e a lei de gatilho», com bandos de agrários armados actuando sob a complacência, quando não protecção, de alguns elementos da GNR.

Os trabalhadores da Reforma Agrária estiveram na passada semana em Lisboa denunciando estes factos. Numa conferência de imprensa convocada pelos Secretariados Distritais das UCPs/Coop. Agrícolas dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, os trabalhadores procuraram:

— Denunciar a política de destruição da Reforma Agrária do Governo Sá Carneiro/PSD e os meios

subversivos, repressivos e ilegais que o Governo está a utilizar;

— Alertar a opinião pública nacional, os órgãos de soberania e os órgãos de comunicação social para a gravidade da situação;

— Reafirmar a firme disposição que nos anima de defendermos com todas as nossas forças o pão, o trabalho, e a dignidade que só teremos com a Reforma Agrária;

— Apelar à indispensável solidariedade activa dos trabalhadores, dos democratas e dos patriotas portugueses.

Os exemplos de processos de reservas apresentadas pelos trabalhadores na conferência de

Imprensa evidenciam a actuação absolutamente fora da lei do governo da aliança reaccionária, que não respeita a Constituição. Não respeita e espezinha as decisões dos Tribunais, não respeita as decisões legais do anterior Governo, accionando entregas de reservas na base de processos que, haviam sido revogados. Não respeita a vontade do povo da zona da Reforma Agrária nem os interesses do País. Inclusive, denunciam os trabalhadores, a própria extensão de ilegalidade é alargada! É assim que a inconstitucional Lei Barreto é ultrapassada:

«Como é próprio dos governos totalitários e reaccionários, como acontecia durante a ditadura fascista de Salazar e Caetano... o Governo PPD nem

Luta da UCP Santana do Campo-Arraiolos estende-se às estradas e à vila

Ha pouco, este largo aqui, no centro de Arraiolos, estava repleto de trabalhadores. Homens, mulheres carregando os filhos ou trazendo-os agarrados às saias, muitos velhos, muitos jovens, desembocando das ruas estreitas da vila, chegaram para erguer o seu protesto, para afirmar as razões por que resistem apesar dos agrários armados, apesar do tenente Jerónimo Santos, que os intimidam, caluniam, ameaçam, espancam.

Foi ainda há pouco que os trabalhadores aqui estiveram. Todos os trabalhadores cooperantes da UCP «Santana do Campo», cooperativa à beira da vila.

Mas não só eles. Saíndo dos empregos, no fim da tarde, também os metalúrgicos, as trabalhadoras da Cooperativa de Tapetes de Arraiolos, vários pequenos comerciantes e muita outra gente veio com eles fazer barreira. E todos ergueram vozes de protesto e luta: «A terra é nossa!», «Queremos trabalho!», «Fim à ofensiva contra a Reforma Agrária!».

Ainda agora aqui estiveram no Largo Central de Arraiolos e por eles e com eles falando, intervieram o presidente da Câmara Municipal, um dirigente do Secretariado das UCPs/Cooperativas, um dirigente da União dos Sindicatos, uma trabalhadora da Cooperativa e um elemento do PCP. Chegando à manifestação, as moções de solidariedade de outros trabalhadores — da Rodoviária Nacional, do Sindicato dos Metalúrgicos, do Sindicato dos Rodoviários, do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços, da Câmara Municipal de Borba. E também do núcleo local do PS, que veio dizer: «O PS de Arraiolos apoia inequivocamente os trabalhadores na defesa das

liberdades conseguidas com o 25 de Abril. Viva a luta dos trabalhadores da Herdade da Oleirita!».

Esteve cheio de gente e de clamor o Largo Central de Arraiolos. Eram mais de 2000, calculam os velhos mais treinados nestas andanças da luta, mais experientes nas comparações de antigamente e as de hoje. Vibrava o largo com as vozes de raiva e combate. E algumas lágrimas cruzavam os rostos quando os gritos pela terra, trabalho e pão se faziam mais insistentes, indo para além do largo, espalhando pelas ruas denúncias e alarmes. É que para já a perda da Herdade da Oleirita dada ilegalmente como reserva representa o desemprego para 60 dos 116 trabalhadores da UCP «Santana do Campo» e, a curto prazo, outros se seguirão à mingua de terra e trabalho. É que a Herdade da Oleirita são 620 hectares das melhores terras (com 104 979 pontos) nas quais se encontram as instalações da UCP, todo o pomar e todo o olival.

E quando toda esta gente trabalhadora aqui estava, também jeeps da GNR vieram fazer barreira não se sabe bem a que porque a manifestação estava autorizada pelo município, porque sendo uma manifestação de luta era uma



Este largo, no centro da vila de Arraiolos, voltou a encher-se de gente na passada semana. Milhares de trabalhadores encheram mais uma vez o local com a sua indignação serena, protestando firmemente contra os esbulhos e arbitrariedades levados a cabo pelo Governo reaccionário PPD/CDS, acolitando agrários e marginais, na sua ofensiva contra a Reforma Agrária

manifestação pela paz: a paz urgente para produzir mais e melhor para todo o País.

uma semana. Não foi um começo de luta mas somente mais uma etapa num processo que não está findo.

Contestando tal entrega, os trabalhadores denunciaram que:

Entre Águas — procurando diminuir a sua área expropriável, vendas estas que nem sequer foram deduzidas à área de reserva, como determina a própria Lei Barreto, inconstitucional e apoiada pelo PSD, mas que agora não lhe chega para as ambições.

Eco que se não extingue

Isto passou-se na passada quinta-feira, precisamente há

Tudo se havia desencadeado já a 14 de Fevereiro quando foi dada a Herdade da Oleirita como reserva a Miguel Joaquim da Câmara Manuel Potes.

António Henriques Ferreira Pascoal, o «Pascoal» como todos o tratam, tem um jeito muito calmo de falar. Calma onde se cruzam a amargura pelo que se está passando, o orgulho por tudo o que foi feito pelos trabalhadores e a certeza de que nada é definitivo, nada está encerrado a não ser a vontade inabalável dos trabalhadores em não deixarem destruir a Reforma Agrária.

O referido Potes trazia as

Definitivo só esta vontade de luta! Na UCP Monte da Unidade não se desiste

«Quem fez o pomar? Quem regou as laranjas? Quem as criou, quem tratou delas?», clamaram as mulheres apanhadas por guardas da GNR e acusadas de colher laranjas nas Águas Belas, herdade da UCP «Monte da Unidade» do Couço, que, na passada sexta-feira, foi dada ilegalmente como reserva.

«Foi o agrário que aqui nunca pôs os pés que tratou as laranjas? É crime lutarmos para que as culturas se façam, lutarmos por trabalho e pão? Quem levou as laranjas é caso para se ver, mas ao agrário é que elas não pertenciam. Quem as colheu não roubou nada. Roubo nestas terras só os dos agrários e os do Governo!», clamaram e voltaram a clamar as mulheres até que as mandaram em paz.

E quem da cidade tiver notícias destes e de outros acontecimentos, pensará talvez que força é esta que anima as mulheres das cooperativas da Reforma Agrária. Que determinação — tão constante, tão firme mesmo quando tudo parece andar, para trás — é esta que faz ir para os montes enfrentando a brutalidade de agrários, a violência do Governo, as mulheres, jovens ou idosas (algumas de muita idade porque isto de «idade da reforma» só a tem quem apesar da pensão de miséria pode sobreviver), os adolescentes, os quase crianças, as próprias crianças, a par e passo com os homens moços e os velhos. É por via desta força, desta determinação, que estiveram na «Unidade do Campo» perto de dois mil trabalhadores concentrados já por duas vezes, concretamente há duas e há uma semana. Defendem a Herdade do Alegrete e a Herdade de Águas Belas, que Sá Carneiro quer para

— se conhecidos elementos da CAP, invadiram as referidas herdades do «Monte da Unidade», acompanhados por funcionários do MAP e pela GNR. Sob o olhar dos trabalhadores, os agrários mandaram e tornaram a mandar, provocaram, pavonearam-se, tentaram pressionar a GNR a assumir atitudes que esta não assumiu, deram como exemplo o tenente Jerónimo dos Santos como homem «teso» que não hesita nada em arrombar instalações das unidades e deixar os agrários roubarem a seu bel-prazer. O oficial presente, no entanto, não se deixou levar pela fúria dos agrários.

O agrário que representava as duas reservatárias andou em volta dos trabalhadores, gritando: «Esta terra não mais vocês pisarão!». Mas com

a serenidade que vem da experiência da luta os trabalhadores permaneceram, multidão engrossando a olhos vistos à medida que o dia

Terra roubada não é terra conquistada por agrários

crecia e a vila do Couço ia ficando vazia porque isto de solidariedade mede-se em actos e não só palavras. É por esta razão que em unidades com pouco mais de 100 trabalhadores — o «Monte da Unidade» têm 126 — se juntam mil, dois mil, às vezes mais. E aguentam, tal como aguentaram ali no «Monte da Unidade» até quase à meia-noite, testemunhas vigilantes dos roubos do Governo Sá

Carneiro/Freitas do Amaral. E não esquecem. E continuam na luta. E procurarão salvar o máximo que puder ser salvo da produção ameaçada.

António Henriques Ferreira Pascoal, o «Pascoal» como todos o tratam, tem um jeito muito calmo de falar. Calma onde se cruzam a amargura pelo que se está passando, o orgulho por tudo o que foi feito pelos trabalhadores e a certeza de que nada é definitivo, nada está encerrado a não ser a vontade inabalável dos trabalhadores em não deixarem destruir a Reforma Agrária.

— Antes os agrários tinham 100 ha de regadio num total de 1400 hectares. Nós já temos 230 ha de regadio cultivado graças a uma canalização feita por nós que custou quase 500 contos à Cooperativa. Gados,

poucos havia, máquinas quase nada. Nós alargámos extraordinariamente a existência de gados, comprámos sete tractores de borracha e um de rastros, comprámos charruas, grades de disco, uma ceifeira debulhadora, dois reboques, semeadores e outras alfaias. Construímos os escritórios da Cooperativa, casas de habitação no monte, um barracão para máquinas, um celeiro que arranjámos, um depósito de água, um estábulo para engorda de vitelos, um estábulo para engorda de leitões.

Nivelámos muitos hectares de sequeiro, alargámos a área do cultivo de sequeiro, fizemos novas culturas como a do tabaco

que ainda este ano foi considerado pela Tabaqueira como uma das melhores produções, alargámos a área de forragens. Temos um projecto, aliás já aprovado por um engenheiro da Hidráulica, para construirmos uma barragem que nos permitira regar uns 70 hectares a mais, ou seja alargar a oferta de trabalho para 300 pessoas. Temos planos para uma boa Campanha de Primavera. Nós contribuímos também par uma creche que serve os filhos do povo do Couço e que subsidiámos mensalmente tal como outras cooperativas. Temos isto tudo. E tudo o Governo quer roubar para os agrários levarem. Queremos trabalhar e é o Governo que não nos deixa, e os agrários

mais os funcionários do MAP a marcarem as extremas, a dizer que não pisaremos mais a terra que é da Unidade.

Nós somos gente que tem o trabalho para viver a Reforma Agrária. E quem nos dá trabalho é a terra. E é da terra que vem o comer para todo o país. E tudo isto é que apesar das nossas grandes apreensões, estamos determinados a defender a Reforma Agrária. Por mais difícil e duro que seja. É o aumento da produtividade — vejam se todos os campos se representam e nos ajudam! — nós não temos outro caminho. E vocês, os trabalhadores das fábricas e dos outros locais, também não defendam a Reforma Agrária. Defendem a democracia e defendem Abril.



A repórter do «Avante!» entrevistando os trabalhadores da UCP «Monte da Unidade», do Couço



Uma nova vida surgiu com a Reforma Agrária. Na foto um pomenor da cheche do Couço

Alertar a opinião pública nacional

«Estamos ao lado dos pequenos e médios agricultores»

«Quer já respeite a Lei Barreto que ele próprio votou juntamente com o PS». «Para nós, sempre o dissemos, a Lei Barreto é inconstitucional e acabará por ser revogada e feita uma verdadeira lei da Reforma Agrária. Mas mesmo essa lei já não serve aos agrários, à CAP, ao Governo Carneiro. Já a puseram de lado e agora apenas a evocam para dar cobertura aos seus crimes. Contra tal lei continuaremos a lutar até à sua revogação».

«Tal como procurou fazer o ditador Salazar, também o Governo PPD/Sá Carneiro procura dividir-nos, a nós, trabalhadores rurais — no que tem recebido o apoio dos otelistas e de outros esquerdistas e aventureiros, como recentemente aconteceu em Serpa, na Cooperativa Torre Varela —

e procura criar conflitos entre nós e os pequenos proprietários, rendeiros, seareiros, através de manobras e promessas demagógicas de divisão de alguns hectares de terra, roubados pela repressão aos trabalhadores das UCPs/Coop. da Reforma Agrária.

PPD/CDS não se propõe fazer, e nós isso apoiámos, é expropriar os mais de 70000ha de terras expropriáveis e algumas até já nacionalizadas (cerca de 10000ha em Santarém) que continuam na posse dos agrários.

Queremos aqui afirmar que somos a favor e apoiámos a liquidação e expropriação dos latifúndios ainda na posse dos agrários designadamente os reconstituídos desde o Governo Mário Soares até ao Governo Sá Carneiro. Lutamos e defendemos que essas terras sejam entregues aos pequenos proprietários, rendeiros e seareiros pobres e aos operários agrícolas.

Quer e está a destruir a produção. Quer e está a tirar o pão dos nossos filhos, familiares e companheiros.

O Governo Sá Carneiro tem ainda os seus planos, a mando da CEE e no interesse exclusivo dos agrários e grandes capitais,

listas, a liquidação de mais de 300000 explorações de pequenos agricultores, como é do conhecimento público».

Os fora da lei

Um Governo que actua fora da lei, mesmo da lei que em si mesma já enferma de ilegalidade, é claro que encoraja e protege as actuações dos fora da lei. É assim que grupos armados de agrários, ladrões e incendiários actuam neste momento no Alentejo e Ribatejo como corpo de choque da aliança reacçãoária na sua batalha contra os trabalhadores e pela reconstituição do latifúndio. Na mesma linha, à margem da legalidade — denunciando os trabalhadores — estão as notas oficiais que deturpam os acontecimentos, visando «manipular a opinião pública na tentativa de salvar o Governo do descontentamento popular crescente».

Contra tal situação, os trabalhadores da Reforma Agrária inserem na sua luta a reclamação aos órgãos de soberania de que «tomem as medidas necessárias para se pôr fim aos actos vergonhosos e subversivos resultantes da política de um governo que cada dia se coloca mais fora do quadro legal e democrático».



Os trabalhadores da Reforma Agrária vieram a Lisboa onde, em conferência de imprensa, denunciaram a tentativa de destruição da RA pelo Governo da direita

A luta continua

À ofensiva brutal, à situação preocupante vivida no Alentejo e Ribatejo contrapõem os trabalhadores da Reforma Agrária a sua resistência firme — e em muitos casos com êxito —, a sua determinação em intensificar a defesa das UCPs/Coop.

Este o espírito e a letra da Conferência de Imprensa realizada na semana passada por convocatória dos Secretariados Distritais das UCPs/Coop. e pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul.

Esta a força unitária que os anima a lutar, sem desfalecimentos por:

- Fim da política anticonstitucional do Governo Sá Carneiro/PPD/CDS;
- Fim da ofensiva contra a Reforma Agrária e retirada da GNR do processo;
- Cumprimento da Constituição, nomeadamente no respeitante à liquidação e expropriação dos latifúndios e entrega da terra a quem a trabalha. Respeito pela existência e viabilidade das UCPs/Coop.

Decidido em Grândola:

«Faremos tudo para garantir e aumentar a produção!»

Por um lado a indignação pelos ataques sofridos, por outro, a determinação em avançar, foram estes os dois aspectos marcantes do Plenário Geral das UCP's, Cooperativas e Uniãoes que reuniu em Grândola, no sábado, um milhar de trabalhadores da Reforma Agrária do Distrito de Setúbal.

Nas estradas, perto da hora marcada, os atrelados iam cheios daqueles que, com a sua palavra, a sua atenção e o seu aplauso iam ocupar durante todo o dia o salão dos combeiros da vila morena, salão que depressa se revelou pequeno. Muitos delegados ficaram de pé, uns encostando-se às paredes, outros apoiando-se aos guarda-chuvas.

Pouco passava das dez horas da manhã quando tomaram lugar na mesa os membros da Comissão Promotora do Plenário, trabalhadores representando UCP's e Cooperativas, membros da União dos Sindicatos de Setúbal e de Santiago do Cacém, das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores de Palmela e do Montijo, da Cintura Industrial de Setúbal e de CT's de grandes empresas do distrito e ainda presidentes de Câmaras.

A Ordem de Trabalhos, com dois pontos — "no caminho do aumento da produção" e "defesa da Reforma Agrária" — foi pretexto, nas intervenções numerosas que se sucederam, para um profundo requisição contra o Governo actual. Com efeito, em nenhuma intervenção observada se deixou de sublinhar o carácter político que tomam os ataques contra a Reforma Agrária, e o carácter político que toma a sua defesa. Tanto no primeiro como no segundo pontos, a voz dos trabalhadores elevou-se, por vezes de modo emocionante, contra o roubo de terras e outras medidas que visam destruir o esforço posto no aumento da produção, contra a repressão que se abate nos campos do Alentejo e as formas novas que essa repressão vem adquirindo, com o aparecimento e reforço dos bandos de agrários armados que têm actuado a coberto, muitas vezes, da presença da GNR.

Logo na primeira intervenção, em que tomou a palavra João Freire Matoloto, da UCP "Horizonte Novo", de Alcácer do Sal, este trabalhador lembrou a legalidade da constituição das cooperativas do distrito e a situação estagnada em que se encontrava a agricultura, contrapondo a inconstitucionalidade da recuperação dos latifúndios. Os números comparativos do antes e do depois foram reveladores.

62 unidades estão filladas nas Uniãoes que representam 85 por cento de toda a área das cooperativas, com mais de 600 pequenos e médios agricultores inscritos, motivados pela ausência de apoio do Estado à solução dos seus problemas, quer se trate do escoamento dos produtos, da obtenção de sementes, adubos e pesticidas, ou da obtenção de máquinas e respectivas reparações.

Comparar

Comparando o zero que era o que muitas vezes havia antes em termos de área semeada, de produção de novas culturas, de cabeças de gado, de maquinaria e alfaias, com as realizações que os trabalhadores concretizaram, a prova foi dada de que a Reforma Agrária não só é uma alteração justa no sentido da melhor distribuição da terra e da sua produção, como também é uma realização patriótica que tem em vista o progresso do país e a sua independência económica.

Mas em quase todas as intervenções o espectro ameaçador da destruição desta conquista de Abril apareceu. A denúncia do roubo de terras, a coberto das reservas ilegais, trouxe ao

plenário casos gritantes. Daniel Rodrigues, da "Promoção Camponeses", UCP de Grândola, depois de citar abundantes números, afirmou:

Verifica-se pela leitura deste quadro, um decréscimo da área semeada no ano agrícola em curso, mas temos de ter em atenção que, dos 14445ha que pertencem às cooperativas, já lhes foi roubado pela política destruidora e criminoso do MAP à volta de 6500ha das melhores terras. É certo que grande parte dessas terras ainda continuam a ser exploradas pelas cooperativas, uma vez que os trabalhadores, ainda que sob uma terrível repressão, não podem de maneira nenhuma admitir que se instalem de novo no Alentejo os latifúndios, que as terras voltem de novo a cobrir-se de extensos matagais e que a fome e a miséria sejam de novo impostas pelos agrários que toda a vida exploraram o nosso povo.

Deste modo, se fizermos a proporção entre as áreas semeadas o ano passado e as áreas semeadas este ano, com a área na posse das cooperativas o ano passado e este ano, chegamos à conclusão que

a diminuição da área semeada não é significativa.

Havemos de cumprir!

O vasto esforço que a despeito da ausência de ajuda por parte do governo, quer em créditos, quer em apoio técnico, os trabalhadores têm desenvolvido, tem dado os seus frutos. E é assim que, embora os roubos de terras e gados tenham aumentado, embora haja já cooperativas destruídas completamente na voragem das reservas, continuam, por parte das UCP's, a assinalar-se êxitos em vários campos.

Pensamos que agindo assim é correcto e patriótico — disse Feliciano Raposo, da UCP "Unidade Camponesa", de Setúbal —, pois uma das armas que tem servido e há-de continuar a servir para desfazer calúnias e provar aos nossos inimigos que a razão está do nosso lado, tem sido o aumento constante da produção. E neste momento, pelo facto de o poder estar na mão de reacçãoários saudosos do 24 de Abril, pensamos que este facto não deve servir para nos desencorajar, bem antes pelo contrário, devemos de cumprir aquilo que nos propusemos em Avis e, em casos que seja

possível, vamos ultrapassar!

Há trabalhadores, poucos, felizmente, que se deixam levar por ideias derrotistas — afirmou ainda Feliciano Raposo —, chegando ao ponto de proporem a divisão do dinheiro, gado e máquinas e dizendo que não vale a pena trabalhar, pois virá a GNR e tirar-nos-á tudo. Estas ideias, quanto a nós, devem ser fortemente combatidas e ganhar esses trabalhadores para agirem exactamente ao contrário.

Outros trabalhadores, também muito poucos felizmente, são levados por ideias muitas vezes estranhas às UCP's, e defendem aquilo que os causadores desta situação — os esquerdistas — apregoam, ou seja "greve geral, não trabalhar mais a terra", entrando logo em contradição com o pedido de "aumento de salários". Estas ideias, quanto a nós, também devem ser fortemente rebatidas, não porque a greve não seja uma arma dos trabalhadores, só que se deve saber utilizar esse direito, vendo-se contra quem se faz uma greve e, sobretudo, no caso de uma greve geral, saber se há condições para a fazer, o que, neste momento, nos não parece haver. Como tal,



Aspecto do Plenário Geral das UCP's/Cooperativas e Uniãoes do Distrito de Setúbal, que se realizou em Grândola no passado sábado

essa greve só iria beneficiar as forças reacçãoárias empenhadas na destruição da Reforma Agrária e demais conquistas dos trabalhadores.

Aumentar a produção

Entremeadas pela leitura de moções e de saudações vindas de todo o distrito, onde se exprimia a solidariedade das organizações de traba-

lhadores, as intervenções apontaram, de um modo geral, para o empenhamento no trabalho de aumentar a produção. E na intervenção da Coordenadora distrital pôde registar-se:

No que respeita às decisões das UCP's/Cooperativas do distrito aqui trazidas quanto aos investimentos que implicam obtenção de crédito, está em elaboração o levantamento de todos esses empreen-

dimentos, cujo objectivo é serem entregues ao MAP por uma delegação a sair deste plenário.

Não é porque tenhamos dúvidas quanto aos objectivos liquidacionistas da parte deste governo e declarámo-lo já várias vezes. Mas também a história do País nos ensina que as forças de direita, apesar de arrogantes e ameaçadoras, raramente conseguem, se é que conseguem, atingir o seu objectivo.

Para já coloca-se: Que façamos tudo para garantir e aumentar a produção!

Que o Governo se responsabilize pela aprovação dos Projectos de investimento e obtenção de crédito a apresentar ao MAP!

Que as culturas possam prosseguir em ambiente de tranquilidade, sem imposição de reservas, sem esbulhos, sem roubos e sem provocações por parte dos serviços do MAP e dos agrários!

Que continuemos a defender por todos os meios ao nosso alcance e dentro do quadro da Constituição, o património pertencente às UCP's e cooperativas, a legalidade e a Reforma Agrária!

«Havemos de vencer!»

● Acção destruidora e odienta de arruaceiros da «AD»

As mulheres do Alentejo, que tantas vezes temos visto nas primeiras linhas na defesa da Reforma Agrária ou engrossando as manifestações em seu apoio, estavam representadas em grande número no Plenário de Grândola. E as suas vozes fizeram-se ouvir. Contavam os seus trabalhos, a sua resistência, os êxitos alcançados. Davam ânimo à continuação da luta.

Numa intervenção ouvida num silêncio tenso, uma trabalhadora da UCP «Seara Vermelha», de Alvalade-Sado, Celeste Costa, denunciou

o que um comunicado da UCP já houvera feito no dia anterior e que se distribuía na vila, logo pela manhã:

Na passada quinta-feira, funcionários do MAP, acompanhados pelo agrário José Aires Mateus e escoltados por forças da GNR e 15 «mercenários» arruaceiros, invadiram a área social da Cooperativa de Produção Agro-Pecuária, «3 de Outubro», a fim de impor uma demarcação de uma reserva de 70 mil pontos na herdade da Ameira.

A medida que a revelando no plenário o vandalismo dos

arruaceiros que acompanhavam a acção do MAP, a voz de Celeste Costa embargava-se. Descreveu como as oito famílias foram empurradas para fora de suas casas, 15 adultos e 13 crianças, a mais nova das quais era um bebé de três meses. Como os haveres dos trabalhadores foram atirados para um montão de ruínas onde ficaram quebrados e à chuva. Como viu os autocarros da «AD» postos nas mobílias por essa gente a mando dos agrários. Como constatarem o roubo das capoeiras, aparecendo ao

outro dia as cabeças e os ossos da criação em sinal de fim de patuscada.

«As crianças ficaram sem ter onde dormir, andávamos com elas ao colo e elas a deixar pender a cabeça com sono — contou.

Está tudo perdido naquela herdade, está tudo estragado — disse Celeste Costa, ouvida com lágrimas de todos. Mas não eram abandono, as lágrimas que vimos. «Está tudo perdido lá, mas temos confiança que havemos de vencer! Os trabalhadores da Cooperativa estão aqui, de roupa lavada,

porque outros trabalhadores lhes emprestaram roupa para eles virem!»

«O que os agrários fazem há-de pagar um dia!»

«Temos de ter a cabeça fria», disse outro trabalhador, «há que exigir que a GNR seja retirada das Cooperativas e que sejam pagos os danos! As organizações dos trabalhadores têm de ser ouvidas e as decisões dos tribunais têm de ser respeitadas!»

Uma palavra de ordem, espontânea, brotou: «A Luta continua Sá Carneiro para a rua!»

António Gervásio falou no final do plenário

O camarada Álvaro Cunhal, a quem a Comissão Promotora do Plenário dirigira um convite, encontrava-se a essa hora, com milhares de outros camaradas, prestando homenagem à memória de outro lutador cujo funeral se realizava. Impedido de se encontrar presente em Grândola pelo falecimento do camarada José Magro, do Comité Central, o Secretário Geral do PCP não pôde dirigir-se aos trabalhadores que ali se reuniam.

foi convidado pela mesa a falar, o que fez, dirigindo-se aos trabalhadores da Reforma Agrária do distrito de Setúbal num breve improviso.

Depois de lembrar que a ofensiva que se desencadeia, agora com mais força, contra a Reforma Agrária, não constitui novidade para quem conheça o programa do Governo de Sá Carneiro, o camarada Gervásio sublinhou que há já quatro anos que os trabalhadores se batem pela defesa daquela conquista, à qual já foram tirados 200 mil hectares de terras, tendo sido destruídas 550 cooperativas.

O dirigente comunista alertou para o facto de que ainda iriam ser destruídas provavelmente mais cooperativas. Mas — sublinhou — tal como foram derrubados Barreto, Goulão, Vaz Portugal e Mota Pinto, também este Governo será derrubado.

António Gervásio referiu-se depois aos aspectos novos que toma a ofensiva, com a proliferação dos bandos de agrários e marginais armados que participam no assalto às cooperativas, citando exemplos de Avis, Arraiolos e outros casos.

O camarada referiu-se depois à Lei Barreto:

Não se pode exigir o cumprimento da Lei Barreto — disse.

Esta ofensiva é resultante da Lei Barreto, que é uma lei elástica, dá para tudo! Nem os seus pequenos limites eles já cumprem: a lei Barreto já não existe na prática... Mas é a sombra dela que se desenvolve a ofensiva!

Destacando o papel das mulheres da Reforma Agrária na luta pela sua defesa, António Gervásio referiu-se ainda à necessidade de encontrar formas novas de organização da luta, a par das que já existem.



«A Lei Barreto já não existe na prática... mas é a sombra dela que se desenvolve a ofensiva!»

Resistir à ilegalidade

As conclusões retiradas do Plenário, lidas no final da aprovação por unanimidade, reflectiram o teor das intervenções que abordaram, durante todo o dia, os dois pontos da Ordem de Trabalhos que permitiu, além da troca de experiências, uma mais profunda informação e a inventariação dos grandes problemas que os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações enfrentam.

Apesar da ofensiva que se abate sobre as UCP's e cooperativas — referem as conclusões aprovadas —, e que se tem agravado com o Governo AD, trazendo-se em mais de vinte mil hectares devolvidos aos latifúndios e no esbulho de mais de 300 cabeças de gado, além de máquinas e alfaias, obtiveram-se assinaláveis êxitos na área da produção agrícola e pecuária.

E o documento aprovado especifica:

Em relação ao ano de 1978/79, as áreas dedicadas às culturas outono-inverniais aumentaram de 9 por cento, e as culturas de primavera deverão registar um acréscimo da ordem dos 10 por cento, sublinhando-se a diversificação cultural registada.

● Na pecuária, e apesar do esbulho, continuam a aumentar os efectivos, a melhorar-se o seu maneio, os cuidados profiláticos e a alimentação.

Conclui-se ainda existirem dificuldades extremas na obtenção de créditos, a curto, longo ou médio prazos, o que impede a concretização de indispensáveis investimentos — centros de engorda, pequenas e médias barragens, nivelamento de terras, estufas, silos, armazéns, estábulos, máquinas e planos de exploração, por exemplo.

Finalmente as conclusões referem-se às denúncias fundamentadas das sistemáticas ilegali-

dades e acções repressivas desencadeadas por sucessivos governos e em particular pelo actual, cuja política ameaça destruir a estrutura produtiva, aumentar o desemprego para níveis preocupantes e trazer de novo ao Alentejo terras incultas e abandonadas e a miséria para milhares de trabalhadores.

Ficou bem expressa a decisão de denunciar sistematicamente as ilegalidades, a repressão e o arbítrio que caracterizam as acções do MAP, e de fundamentar devidamente as denúncias que se fazem para os diversos órgãos de soberania.

As conclusões sublinham ainda a firme decisão dos trabalhadores de não aceitar esta política de ilegalidades e de a ela resistir. Só uma organizada, esclarecida e firme resistência pode evitar a destruição da Reforma Agrária e o regresso do Alentejo ao domínio dos latifúndios.

1.º Encontro Distrital de Lisboa dos Pioneiros de Portugal A nova infância nascida de Abril

«Os Pioneiros dos vários concelhos de Lisboa vieram dizer o que foram as actividades em 1979 e quais os seus projectos em 1980».

Assim começa o relatório final do 1.º Encontro Distrital de Lisboa dos Pioneiros de

Portugal realizado no passado domingo em Alhandra.

Mas, na realidade, os Pioneiros dos concelhos de Lisboa vieram dizer mais do que isto. A mensagem deixada ultrapassa os relatórios de actividade, ultrapassa os

planos para este ano, transborda para além deste grande encontro que envolveu mais de setecentas crianças, da parte da manhã, das quais 60 convidadas pelos Pioneiros, e cerca de duas mil da parte da tarde. Ultrapassa todas as

letras e palavras ali em Alhandra escritas e ditas e transborda para além dos balanços e planos imediatos porque foi um encontro da nova infância nascida por obra de Abril, do movimento revolucionário da classe operária portuguesa e do seu Partido, de uma infância reencontrada na aprendizagem — que deve ser tão natural como o correr e brincar — do trabalho colectivo, da amizade, da solidariedade, da inserção de cada criança na natureza, na sociedade que só a democracia e a liberdade podem construir à sua dimensão.

Um encontro marcado pela alegria, pela espontaneidade que a Isabel dirigiu com espírito aberto e muita sensatez, afinal um grande convívio infantil cheio de originalidade, que mostrou quantas capacidades, quanto impulso criador habita nesses seres em formação que por vezes os adultos, sobretudo os pais, querem ver à sua imagem e semelhança, esquecendo que são crianças, não homens e mulhertinhas em ponto pequeno...

Um encontro que exemplifica em traços gerais uma imensidão de iniciativas realizadas pelos diferentes núcleos desde as actividades lúdicas até essa outra forma de continuar o jogo no trabalho que são a carpintaria, a jardinagem, os desenhos, o desporto, as festas, as comemorações de datas que marcam o presente e hão-de marcar o futuro da nova infância: o aniversário da

Constituição, os festejos do 25 de Abril, o 8 de Março em que as crianças de um núcleo foram oferecer cravos vermelhos às trabalhadoras das fábricas da região, e tantas outras. E como uma das notas mais bem conseguidas do Encontro, o intervalo de actuações cheias de graciosidade e arte de Pioneiros dos núcleos com a leitura dos relatórios, modo de não cansar os pioneiros mais pequenos e de manter acesa a atenção dos mais velhos.

Isto no decorrer dos trabalhos da manhã, onde a par das sete centenas de crianças apenas se encontravam adultos monitores e alguns convidados. E como convidado dos Pioneiros de Portugal, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP com cujas palavras as crianças vibraram, chamando a Álvaro numa calorosa espontaneidade «Pioneiro» — «um irmão mais velho» que aos Pioneiros de Portugal tem dado uma atenção particular.

Falando do grande encontro, encontro organizado e dirigido — e bem — pelos próprios Pioneiros, Álvaro Cunhal disse que os Pioneiros estavam contentes e com razão pelo trabalho realizado. As vezes nos núcleos os Pioneiros pensam que são pouquinhos — por isso um pioneiro perguntara quantos são no País — mas na realidade são muitos: como a Mesa respondeu são já cinco mil! Falando da importância de levar por diante os trabalhos dos núcleos, Álvaro Cunhal



Pioneiros: presente!

Mensagem a todas as crianças

Nós, os Pioneiros de Portugal, reunimo-nos em Alhandra, no nosso 1.º Encontro Distrital, para festejar tudo o que foi feito em 1979. Ano Internacional da Criança, e discutir o que vamos fazer este ano. Estamos satisfeitos, porque fizemos muitas coisas bonitas, boas e divertidas. Mas também sabemos que há ainda muita coisa para fazer e por isso combinamos:

O Ano Internacional da Criança não acabou, vai continuar todos os anos até que todas as crianças tenham casas, pão e amor. A gente sabe que há muitos meninos como nós que não têm escolas nem brinquedos, e que são obrigados a trabalhar como os adultos. Mas nós não achamos isto justo, porque os Pioneiros amam a liberdade e a paz, amam as crianças e os povos

do Mundo e gostamos de brincar. Que vamos fazer então? Muitas coisas! — Nós, Pioneiros de Portugal, prometemos aqui, com a nossa amizade, a nossa alegria, as nossas canções e a nossa vontade, ajudar a construir um Mundo de Paz e de Crianças Felizes. Vivam os Pioneiros de Portugal! Vivam as crianças portuguesas! Vivam as crianças de todo o Mundo!



Pioneiros de Portugal — olhos já postos no presente

Os planos para 1980: Não vai ser só brincar!

«É claro que continuaremos a promover reuniões, a fazer visitas de estudo, a organizar debates... Por exemplo, os debates são mesmo para debater as ideias, isto é, não é apenas assistir, é principalmente participar, fazer mesmo aquela pergunta em que estamos a pensar, é pôr o dedo no ar, é pedir a palavra, é cada um dizer o que pensa acerca do assunto que se está a discutir.

É o Desporto?... É claro que vamos continuar a correr e a saltar e a jogar, mas não vamos ligar muita importância a essa história de ganhar ou perder. Não é importante. O que é importante é jogar. Devemos jogar bem, jogar o melhor que soubermos, mas não devemos afastar o que joga mal, o que tem pouco jeito, mas que tem o mesmo gosto de jogar e o mesmo direito.

É como o cantar... Não vamos mandar calar quem canta mal. O importante é cantar. Quantos mais cantarem melhor. Queremos que toda a gente cante. E que toda a gente jogue. É a nossa obrigação de Pioneiros atrair cada vez mais amigos para jogar e cantar corinosco, cada vez mais novos Pioneiros para brincar aprendendo; para aprender, brincando.

Nos relatórios, há a parte positiva, há a parte festiva, o que se faz, o entusiasmo com que se fez, o resultado que se

tirou, o amigo que se conquistou e tudo isso é muito importante e deve ser registado e realçado como prémio justo, como estímulo necessário — mas neste Encontro, não é menos importante que a gente aprecie bem o que se não fez, o que se fez mal, o que se não pode fazer, o obstáculo que se não pode vencer, a sala que não se arranja para a reunião, os amigos que desmobilizaram, os materiais que faltaram, até as portas que se nos fecharam, o Ano Internacional da Criança que não foi aquilo que se desejava.

Então, teremos de enfrentar esses problemas, Pioneiro não é só jogar à cega, é arregaçar as mangas e trabalhar quando é preciso, como se viu na «Festa do Avante!», como vai tornar a acontecer na próxima Festa, que já não tarda muito, e noutras festas e outros trabalhos como o arranjo da rua ou do jardim, em todas as iniciativas.

Nos relatórios, também se expressam muitos desejos dos Pioneiros e o mais referido talvez seja esse de sair de casa, sair para a rua, para o campo, para o ar livre. Alguma coisa se tem feito nesse sentido, mas vamos ter, em 1980, mais acampamentos, vamos ter o simples piquenique e vamos ter mais provas desportivas, todas a correr e todos a ganhar.

Mas vamos ter também a noção das responsabilidades, a necessidade de sermos bons estudantes, de nos valorizarmos, de adquirir novos conhecimentos, de visitar o Palácio e o Museu, mas também a oficina e a unidade colectiva e até o bairro-de-lata para que a realidade se nos deprende em todos os seus aspectos, para vermos com os nossos olhos, para pensarmos com a cabeça.

Grande responsabilidade cabe aos Monitores, cabe-lhes a criação de novas fórmulas, de novos motivos de interesse; cabe-lhes orientar esta ansia de movimento, aproveitar a maravilhosa imaginação infantil — do mesmo modo que cabe à Organização proporcionar-lhes elementos que tomem eficácia e profunda a sua acção.

Em resumo, alguma coisa se fez. Muita coisa está para fazer. A utilidade deste Encontro estará, acima de tudo, na possibilidade que proporcionou do convívio de todos nós, mas também de reflectir sobre 1979 e na motivação que traz para uma vigorosa arrancada em 1980.

Fica feita a promessa: os Pioneiros vão arregaçar as mangas!

(Do Relatório Final do 1.º Encontro Distrital de Lisboa dos Pioneiros de Portugal)



As ruas de Alhandra encheram-se de futuro, porque nelas estiveram os Pioneiros, porque nelas estiveram representantes do Partido do Futuro.

E acrescentou, mais adiante:

«Da parte do Partido tudo faremos para que vocês e todas as crianças de Portugal tenham uma vida feliz em alegria e paz, uma vida em que os pais não tenham dificuldades económicas e possam assegurar-vos alimentação adequada, uma educação plena no valor do trabalho, da paz e do amor».

De tarde, abertas as portas a todas as crianças e a todos os adultos, a grande sala da Euterpe Alhandrense encheu completamente. E pelo menos três gerações, com um peso enorme por parte da mais

nova, assistiram a um espectáculo, curiosamente apresentado em verso pelos Pioneiros, onde actuaram diversos núcleos, um conjunto de grande qualidade de uma empresa, Mário Castirim e — para delírio de todas as crianças — Barata Moura, que mais uma vez demonstrou o que é falar, estar com crianças de um modo tão completo que não há fronteiras entre o prazer e a alegria compartilhados. Como diriam pais à saída, «só uma organização de crianças podia fazer um encontro assim!».

Pioneiros da Brandoa já tem dois anos

O núcleo de Pioneiros da Brandoa festejou o seu segundo aniversário no pavilhão polivalente daquela localidade organizando uma festa dedicada a todas as crianças. E que grande festa foi! O programa incluiu exibição de uma classe de ginástica infantil que tem o apoio da Comissão de Moradores, uma exposição de trabalhos das crianças, teatro

infantil por um grupo da Pontinha, uma peça de teatro representada pela Cooperativa da Amadora, o rancho folclórico infantil da Brandoa e acordeonistas, variedades e cinema com desenhos animados do Canadá. Participaram mais de 1000 crianças, entre as quais os pioneiros da Pontinha, Cascais, São Bernardo e Amadora.

Reunião de eleitos da APU do Distrito de Lisboa

Decorreu no Centro de Trabalho do PCP do Hotel Victória, em Lisboa, no passado domingo, uma reunião de quadros do PCP eleitos para as autarquias do distrito de Lisboa, tendo os trabalhos funcionado em duas sessões — uma de manhã, que tratou da situação da APU nos órgãos de Poder Local e relações com outras forças políticas, e outra à tarde para traçar perspectivas de trabalho para a resolução dos problemas das populações.

Participaram neste encontro responsáveis por esta frente de trabalho, nomeadamente o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, que fazia uma intervenção final de balanço deste Encontro, e ainda representantes dos sectores Público, dos Transportes, Intelectual, Sindical, Mulheres

e Jovens, Presidentes de Câmaras APU, vereadores, elementos das Assembleias Municipais presidentes de Juntas, membros dos Executivos de algumas freguesias mais importantes, e membros das células das Câmaras APU.

Representantes de várias Câmaras do distrito, nomeadamente da Amadora, Lisboa, Sintra, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Alenquer, Cascais, Loures, Oeiras e Sobral de Monte Agraço, falaram das diversas dificuldades encontradas no seu trabalho, dos obstáculos a transpor, das soluções encontradas, fazendo para isso uma caracterização política, social e económica das respectivas regiões. E apresentaram-se perspectivas de trabalho para o futuro, assentes nos resultados alcançados, na caracterização das dificuldades

e sucessos e tendo em conta a importância política do trabalho autárquico para a consolidação do regime democrático e a defesa do Portugal de Abril.

Questões como o comportamento das outras forças políticas, nomeadamente dos representantes do PS e da direita, e o relacionamento da APU com essas forças surgiram docorrente dos trabalhos com o peso doocorrente das diferentes realidades existentes nos diversos órgãos autárquicos do distrito, diferenças essas que resultam, nomeadamente, da maior ou menor presença das forças de esquerda, o que determina a sua maior ou menor possibilidade de intervenção nos respectivos órgãos autárquicos. Por outro lado, questões havia que eram comuns e estavam presentes em todas as intervenções, como seja a necessidade de se procurar sempre soluções para os problemas, ou a de se defender intransigentemente os interesses das populações.

Finalmente as intervenções dos camaradas dos sectores dos Transportes, Intelectual, e da Saúde, que haviam analisado várias possibilidades de colaboração com as autarquias, o camarada José Casanova consideraria importante a formação de grupos de apoio às autarquias APU para a resolução dos problemas, podendo prestar valioso contributo, por exemplo, no arranjo de ruas, na assistência médica e de enfermagem, etc.

As autarquias APU têm de continuar a ser um exemplo de gestão democrática

O camarada José Casanova, ao intervir no final dos trabalhos, começaria por referir a importância da reunião na troca de experiências entre os diversos camaradas, o que beneficiava todos e principalmente aqueles



No Encontro de Quadros do PCP analisou-se o reforço do poder local

Se é bom observador...

Proporcionamos hoje aos nossos leitores um passatempo para exercitar o seu poder de observação. É muito simples: tente descobrir qual a «mudança» entre estas duas fotos, que retratam duas situações clarificadas pelas respectivas legendas.

Lembremos que «mudança» foi o termo largamente utilizado pela Aliança Reaccionária durante a campanha eleitoral, e inclusivamente também quando da entrada em funções do novo governo. Eles promoveram «defender o poder de compra», fazer com que «o peixe volte à mesa de todos», «ajustar as pensões de reforma de acordo com o custo de vida», «promover a justiça social», «uma casa digna para todas as famílias», etc.

Se, por acaso, o leitor não conseguir — o que nos custa a crer — encontrar a resposta certa, veja a solução do «mistério» na pág. 10 desta edição.



7 de Abril de 1978 — O ministro do Comércio, Basílio Horta, e o secretário de Estado do Comércio Interno, Escaja Gonçalves, anunciaram em conferência de Imprensa, os novos aumentos de preços



9 de Fevereiro de 1980 — O ministro do Comércio, Basílio Horta, e o secretário de Estado do Comércio Interno, Escaja Gonçalves, anunciam, em conferência de Imprensa, os novos aumentos de preços.

APU denuncia aumentos da electricidade no Porto

A Aliança Povo unido contra os brutais aumentos da electricidade, de mais de 150 por cento, que a Câmara Municipal do Porto (AD) se prepara para decretar — afirma-se num comunicado da APU divulgado na passada segunda-feira na cidade do Porto.

«AD» agrava de modo significativo as condições de vida dos trabalhadores e das classes médias.

É sintomático que a maioria reaccionária da Assembleia Municipal do Porto, na sua última sessão, tenha recusado votar uma moção proposta pela APU contra a carestia de vida. É que, os vereadores da «AD» preparam-se para fazer subir as tarifas de energia e aumentar as taxas de potência.

O documento da APU alerta a população da cidade para

este verdadeiro atentado às suas condições de vida e manifesta a sua mais firme disposição de tudo fazer para impedir este brutal aumento — são palavras claras dos eleitos da APU que, por si só, desmentem uma pretensa unanimidade dos membros da Assembleia Municipal noticiada por um matutino português.

Além de citar vários elementos que ajudam a compreender a razão que levou os consumidores do Porto a optar pela electricidade e não por outras

formas de energia, como por exemplo o gás, a tomada de posição da APU defende que o governo não pode deixar de atender a esses factores e tomar medidas para garantir o funcionamento dos serviços.

A Câmara do Porto — acrescenta o comunicado — tem de lutar por estes objectivos. A Câmara existe para defender e servir a população. Pela nossa parte, podemos garantir que as tarifas de energia eléctrica não subirão com os votos da APU.

Eleitos da APU reuniram-se em Setúbal

Cerca de 100 eleitos da APU, reuniram-se na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho da concelhia de Setúbal, para debater questões relacionadas com o trabalho nas autarquias do distrito e troca de experiências adquiridas.

Na mesa, que presidiu à sessão, encontravam-se os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Manuel Sobral, do CC e da DORS, Luís Sá, do GTAL, José Vieira e Francisco Lobo, ambos suplentes ao CC e respectivamente, presidentes das Câmaras de Almada e Setúbal.

fez uma intervenção sobre os resultados das eleições intercalares e autárquicas e sobre as batalhas que se avizinham, enquanto o camarada Luís Sá abordou questões relacionadas com a Lei das Autarquias, sobre os Planos e Orçamentos, e sobre a coordenação inter-autarquias.

Eleitos pelos diversos órgãos autárquicos intervieram também, relatando experiências do trabalho com as comissões de moradores, e sobre iniciativas que tiveram bons resultados, como por exemplo a animação desportiva e cultural a que as colectividades têm dado uma boa contribuição.

Militante logo with a hammer and sickle symbol.

Neste número: Actuar desde já para derrotar a direita • O 10.º Balanço Geral da Organização • O movimento sindical e as suas tarefas • Uma década de grandes transformações revolucionárias • O PCP face ao plano PPD/CDS



O protesto popular alarga-se a todo o País

Novas acções de massas em vários pontos do País

Anunciadas para o próximo sábado, dia 1, decorrerão em Braga, Guimarães e Leiria novas jornadas de luta contra a política do Governo PPD/CDS. Outras acções de massas se prevêem no Norte, designadamente em Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Em Campanhã (Porto) uma concentração-manifestação convocada pela CUM (Comissão Unitária de Mulheres) reunia entretanto cerca de duas mil pessoas. Na Guarda, apoiados pela população, os trabalhadores da Renault saíram por sua vez à rua para exigirem a garantia dos postos de trabalho.

Na linha das acções de massas do dia 14, em Lisboa e outros pontos do País, as manifestações do próximo sábado, convocadas pelas estruturas sindicais, têm por objectivo central a luta contra as medidas e ameaças do Governo PPD/CDS, nomeadamente o aumento dos preços, as tentativas para congelar os salários, os ataques às

nacionalizações, à Reforma Agrária, ao direito ao trabalho, às liberdades democráticas e outras conquistas de Abril.

A CGTP-IN saudava entretanto os trabalhadores por motivo das acções de massas do dia 14, que constituíram «mais um testemunho da capacidade de luta e resistência dos trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical».

Determinadas a lutar pelos seus direitos e a derrotar quaisquer tentativas de regresso ao passado fascista, as massas trabalhadoras continuarão a manifestar por todo o lado e por várias formas, que não querem um Governo que em tão pouco tempo já mostrou até onde quer chegar com a sua «mudança» e quais são os seus objectivos concretos, todos eles contrários à consolidação do regime democrático, aos direitos, interesses e anseios dos trabalhadores e das camadas médias da população.

Transportes nacionalizados Luta generalizada contra o assalto do Governo

Uma onda de repúdio generalizado enfrenta, com formas de luta já aprovadas, o assalto do Governo ao sector nacionalizado dos transportes. Outras empresas nacionalizadas também atingidas pelas medidas de «situação económica difícil» (uma das mais graves é a liberalização dos despedimentos) contam com a solidariedade já manifestada pelos trabalhadores dos transportes às formas de luta que porventura venham a adoptar. Numa conferência de Imprensa, antevendo no fim da tarde, a Comissão Coordenadora do sector dos transportes, formada pelas Federações sindicais, nomeadamente a dos Rodoviários, Ferroviários e Sindicatos do Mar, tomava públicas as decisões aprovadas no dia anterior numa reunião geral das CTs e organizações sindicais dos transportes (34 organizações presentes). Foi decidida uma paralisação geral de 4 horas, entre as 9 e meia e as 12 e 30 do próximo dia 4, em todo o sector, incluindo nomeadamente, a TAP, a CP, a Transtejo, o Metro e a Carris. A RN paralisará, no mesmo dia, mas por 24 horas.

As estruturas representativas dos trabalhadores dos transportes exigiam entretanto a revogação das medidas da «situação económica difícil»

que o Conselho de Ministros decretou no último sábado. Essas medidas, dirigidas contra todos os trabalhadores portugueses e não apenas contra os das empresas directamente atingidas, autorizam designadamente a redução das remunerações mínimas fixadas na contratação colectiva e a «suspensão dos contratos individuais de trabalho, o que implica a liberalização dos despedimentos sem indemnização».

Do mesmo tempo que procuram junto dos órgãos do poder a revogação imediata

daquelas medidas de ataque ao sector nacionalizado dos transportes e aos seus trabalhadores, as organizações sindicais e as CTs apoiarão as formas de luta que venham a ser adoptadas em outras empresas ameaçadas pelo Governo, e conduzirão uma campanha de esclarecimento junto da opinião pública.

Alastra entretanto a luta nas empresas. O motivo principal continua a ser a contratação colectiva. CP, Nutripol e RN paralisaram. A panificação anuncia para hoje a mesma forma de luta. Os pescadores de Peniche paralisarão, por

sua vez, em 3, 4 e 5 do corrente.

Os motivos das paralisações são concretos. As formas de luta são decididas democraticamente depois de esgotadas todas as formas de se evitar. As calúnias que sobre elas a direita tenta lançar não podem merecer crédito em nenhum trabalhador, em ninguém que viva do seu trabalho. Estão em jogo interesses vitais dos trabalhadores, de todos os trabalhadores, atacados e ameaçados por um Governo que não olha a meios para reduzir a zero tudo o que alcançaram e possam consolidar.



A ineficácia de sucessivos governos de recuperação capitalista para resolver os problemas dos transportes é agora motivo para o assalto da direita contra interesses vitais dos trabalhadores

O Sindicato dos Bancários não é uma sucursal da Aliança reaccionária

«O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas defende a banca nacionalizada e luta por todos os meios contra quaisquer tentativas da sua reprivatização, contra a criação de novos bancos privados e contra a criação e (ou) desenvolvimento de quaisquer outros tipos de instituições de coberto das quais os empresários privados possam na prática vir a exercer a actividade bancária em qualquer parcela do território nacional. Com igual objectivo defende igualmente o reforço e modernização das instituições nacionalizadas, de forma a que estas possam desempenhar cabalmente a função que lhes compete no desenvolvimento e progresso do Povo português». Esta resolução foi aprovada por larga e sólida maioria de delegados no último Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. A actual direcção divisionista, mesmo dominada pelo PPD, tem a estrita obrigação de a cumprir. Trata-se de uma tomada de posição do órgão máximo do Sindicato. Não é uma posição cúmplice perante os ataques da aliança reaccionária contra as nacionalizações. É uma decisão de luta. E justifica-se plenamente do ponto de vista sindical pois estão, além do mais, em jogo postos de trabalho ameaçados.

Num comunicado, os membros do Conselho Geral do Sindicato, eleitos nas listas unitárias condenam severamente a actuação dos corpos gerentes divisionistas, cuja prática consideram de «conciliação e subversão». O próprio Conselho, perante a proposta de lei que o Governo PPD/CDS acaba de apresentar na Assembleia da República no sentido de permitir a abertura de bancos privados, aprovou, sob proposta da tendência socialista, uma moção acusando os corpos gerentes de se manterem silenciosos quando lhes cabe «a responsabilidade de lutar pela salvaguarda dos nossos postos de trabalho e pela defesa dos princípios aprovados pela estruturas estatutárias do mesmo Sindicato».

Que direcção é esta?

«Que direcção do Sindicato é esta?» — perguntam os membros do Conselho Geral eleitos nas listas unitárias. A pergunta é oportuna. Os trabalhadores bancários devem dar-lhe uma resposta. Para isso sobram-lhe os elementos. Não que a direcção os forneça. Mas a sua actuação tem sido suficientemente reveladora dos interesses que defende, dos objectivos que persegue, das finalidades que pretende alcançar.

No seu comunicado, aqueles membros do Conselho citam o regulamento do SAMS (assistência médica) que «retira regalias até aqui usufruídas» e foi aprovado sem prévio conhecimento (e discussão) dos bancários. Citam

o atraso na denúncia do CCT e o desprezo pela proposta dos trabalhadores, que praticamente desconhecem a proposta da direcção.

Que interesses defende esta direcção «dominada pelo PPD», perguntam os unitários do Conselho Geral. «quando se alheia, quando se afasta do problema fulcral para os trabalhadores bancários — a defesa da estabilidade profissional e a segurança do seu emprego — que é o da reestruturação do sistema bancário, que é o da defesa da banca nacionalizada» e a luta contra a reprivatização?

A direcção PPD tem de acatar as decisões do Congresso. Os Interesses, direitos e garantias dos bancários têm que ser defendidos. O Sindicato não é uma sucursal da aliança reaccionária.



Controlo, reestruturação, unidade, consolidação e progresso das nacionalizações são objectivos bem presentes na luta dos bancários



Confirma-se o êxito no ponta final

Dentro de uma semana reúne-se em Lisboa o III Congresso da CGTP-IN aberto a todos os sindicatos. Nesta «final» da preparação, os sindicatos têm já em seu poder, enviados pela CNOC (Comissão Organizadora), os documentos-base com as propostas de emendas, a fim de se pronunciarem sobre as alterações introduzidas, remetendo-os depois à CNOC para serem submetidos ao Congresso.

Decorrem, entretanto, os últimos preparativos dessa grande iniciativa que mobilizou muitos milhares de trabalhadores por todo o País. Na altura em que escrevemos, falta ainda apurar os números finais do balanço da actividade nacional desenvolvida durante a preparação. Hoje ainda, ou nos próximos dias, a CNOC dará uma conferência de Imprensa onde certamente esse balanço será divulgado.

Continuam, entretanto, a chegar-nos tomadas de posição e saudações aprovadas em várias assembleias, nomeadamente no plenário da Função Pública no Porto, e das comissões dinamizadoras distritais. Salientamos, entre outras a de Aveiro. «Por mais tentativas que se esboçem — afirmou há dias num comunicado — visando diminuir o impacto e a força que a preparação do III Congresso está a ter junto das massas laboriosas, ele é já um grande êxito da classe operária e dos trabalhadores».

Esse êxito será confirmado nos dias 6 a 9 de Março no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, pelos representantes legítimos da grande massa dos trabalhadores portugueses, que verão reforçadas as suas posições na luta e solidariedade contra o assalto da política reaccionária às suas conquistas, direitos e interesses.

Graves situações na Função Pública

● Têm início hoje as negociações da PRC

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, reunida em plenário, no último sábado, no Porto, condenou a política do Governo PPD/CDS «caracterizada pelo ataque às principais conquistas e direitos dos trabalhadores».

O plenário, que analisou situações concretas e específicas de numerosos sectores da Função Pública, designadamente os estabelecimentos de ensino e os serviços de apoio aos hospitais, deliberou, no âmbito

da contratação colectiva, continuar a desenvolver todos os esforços para que seja aprovada a proposta reivindicativa comum (PRC), subscrita por 32 sindicatos do sector e cujas negociações se iniciam hoje, abrangendo cerca de 380 mil trabalhadores.

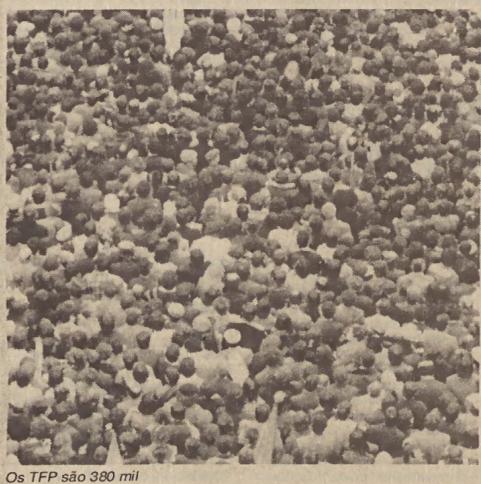
No que respeita ao ensino, o plenário acusou o Governo PPD/CDS de não publicar os importantes diplomas aprovados pelo governo anterior para os trabalhadores

dos estabelecimentos de ensino. «Até ao presente e sem qualquer explicação, a falta de abertura ao diálogo por parte do ministro da Educação está a originar uma onda de descontentamento e impaciência, cujas consequências a curto prazo, se o bloqueamento persistir, poderão determinar um grave conflito laboral», segundo afirmaram em conferência de imprensa os dirigentes sindicais da FP.

A melhoria das condições de trabalho e a eficácia dos

serviços mereceram também a atenção do plenário.

Os sindicatos já apresentaram propostas de solução para os problemas do sector, mas têm sido desprezadas pelos órgãos governamentais, como foi revelado na conferência de imprensa, nomeadamente quanto aos trabalhadores dos serviços de apoio aos hospitais onde a situação foi considerada insustentável, podendo conduzir a uma ruptura pela qual o Governo será o único responsável.

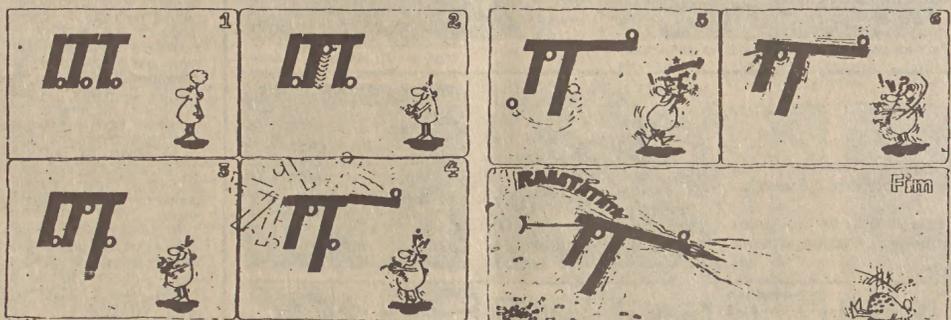


Os TFP são 380 mil

Multinacionais contra o direito ao trabalho

A Audio-Magnética das Caldas da Rainha, fabricante de «cassetes» integrada numa multinacional, com a mira no lucro fácil e na exploração, «pretende desenvolver uma política que combina os despedimentos colectivos com a admissão de trabalhadores a prazo». Na linha do que acontece com outras multinacionais, como a Standard/ITT e a Plessey Automática, também aí, segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, é o despedimento colectivo que ameaça mais de centena e meia de trabalhadores. O «alibi» do patronato estreitamente ligado aos objectivos do imperialismo e apoiado na política de direita do Governo PPD/CDS, é também na Audio o mesmo. Apontam as «necessidades de produção» sem ter em conta as propostas dos trabalhadores, sem olharem a nada que não seja o lucro fácil e imediato.

E, enquanto esperam pela autorização formal do Governo reaccionário para despedir às centenas — ameaça que os trabalhadores continuam a combater — vão criando dificuldades para que os ameaçados de despedimento se vejam obrigados a demitir-se. É o que sucede na Audio-Magnética perante a denúncia do Sindicato e o «silêncio e a passividade» das entidades governamentais que entretanto contactou no sentido de pôr termo às ilegalidades, como a transferência abusiva de operários, que são moeda corrente naquela empresa.



(Desenho publicado no «Electrão»)

A realidade da caricatura neste excelente trabalho gráfico, cuja publicação repetimos (publicámo-lo pela primeira vez em 7 de Dezembro de 1978 para ilustrar a tentativa gorada de despedimento de 630 trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT) no fim das contas é bem real e sublinha um dos aspectos essenciais da multinacional americana. O exagero próprio da caricatura deixa bem claro como são perigosas as ilusões sobre as «maravilhas» tecnológicas de uma empresa alicerçada na exploração sem freio dos trabalhadores (e até dos povos) dos países onde se instala. Razões para se iludirem não têm os trabalhadores da Standard/ITT de Cascais que lutam contra a ameaça de despedimento colectivo apontado a 248 companheiros de trabalho



Também a Siderurgia?

A Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional (SN), num comunicado de 21 do corrente, manifesta publicamente a sua preocupação perante a «existência de pressões no sentido de proceder à substituição dos elementos do conselho de gerência que há mais tempo ocupam esse lugar», com o objectivo de afastar os que «pelo tempo de permanência na gestão da SN se encontram mais aptos a enfrentar os problemas que advêm da adaptação desta empresa à sua expansão». Os trabalhadores dessa grande unidade industrial nacionalizada põem a tónica na defesa intransigente das nacionalizações e recordam que a SN-EP é a «pedra fundamental do Plano Siderúrgico Nacional onde irão ser investidos dezenas de milhões de contos». Embora nunca deixasse de «criticar e até desmascarar, quando entendeu justo, a actuação deste conselho de gerência», a Comissão de Trabalhadores deixa bem claro que «isso não obsta a que considere esta tentativa de substituição de total inoportunaidade com fins que parecem pouco ou nada claros». Recordando que o arranque da expansão da SN já está atrasado em cerca de 2 anos, a CTT pergunta se o Governo PPD/CDS o quer atrasar ainda mais em prejuízo da SN nacionalizada e da sua expansão como motor de arranque da economia nacional.

Temas vários

Na Holanda alarga-se a unidade dos trabalhadores e reforça-se a actividade do Partido Comunista

Entrevista com o presidente do PC da Holanda

As causas da crise que actualmente se desenvolve no seio do governo encontram-se na grande reacção da população da Holanda contra a sua política anti-social - afirmou-nos o camarada Henk Hoekstra, presidente do Partido Comunista Holandês, no decorrer de uma entrevista que concedeu ao "Avante!" durante a visita que efectuou ao nosso País a convite do Comité Central do PCP.

Ao assinalar que a crise no seio do governo de coligação democrata-cristão/liberal provoca uma situação instável que pode originar uma crise de governo, o camarada Hoekstra, continuando a analisar as causas dessa crise, salientou:

A crescente oposição da população à política anti-social do governo - expressa, por exemplo, quando na semana passada, adoptou uma lei que visa o congelamento, por um longo período, da contratação colectiva - decorre da grande radicalização da luta no seio do movimento operário, sobretudo entre os operários metalúrgicos, da construção naval e portuários. Esta radicalização da luta, que não é apenas um mero movimento de protesto mas que apresenta alternativas concretas no domínio político-económico, foi despoletada com a greve dos 12 mil operários do porto de Roterdão, iniciada em Setembro do ano passado. A recente demissão do ministro das Finanças, homem da extrema-direita reacçãoária, é uma expressão dessa crise.

O presidente do Partido Comunista Holandês acentuou, seguidamente, o facto de a presente crise ter uma base social e política, expressa, por exemplo, na questão da atitude perante a paz e o desarmamento. A este respeito, o camarada Henk Hoekstra recordou:

Na Holanda foi possível obter uma maioria parlamentar contra a bomba de neutrões e contra a instalação na Europa dos

novos mísseis. É uma situação única nos países da Europa capitalista.



Henk Hoekstra, presidente do Partido Comunista Holandês

«Um dever dos democratas do meu país»

No decorrer da entrevista que concedeu ao "Avante!", o presidente do Partido Comunista Holandês falou-nos da solidariedade dos democratas holandeses para com as conquistas da Revolução de Abril em Portugal e, particularmente, do enorme movimento de solidariedade que, na Holanda, suscita a luta em defesa da Reforma Agrária.

Disse-nos o camarada Henk Hoekstra: Esse movimento de solidariedade, que não é apenas o fruto do trabalho dos comunistas holandeses mas de muitos outros democratas, vem no seguimento dos importantes movimentos de solidariedade no passado contra o fascismo português e a guerra colo-

popular, é também expressão de que no próprio seio da democracia-cristã existem, a par de sectores mais agressivos e enfiados à NATO e aos EUA, sectores mais realistas que percebem que uma tal política antipopular não pode vingar.

Essa maioria parlamentar - prosseguiu o presidente do P. C. Holandês - expressão no parlamento do protesto

popular, é também expressão de que no próprio seio da democracia-cristã existem, a par de sectores mais agressivos e enfiados à NATO e aos EUA, sectores mais realistas que percebem que uma tal política antipopular não pode vingar.

Este movimento - prosseguiu - é possível a partir da ideia de que a paz é absolutamente vital para a Europa. E esta consciência que faz com que, apesar das pressões da NATO, dos EUA e de outros círculos imperialistas que pretendem romper esta frente de unidade, esse movimento se intensifique cada vez mais e, inclusivamente, novas iniciativas se desenvolvam.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.

Abordando, a final, o reforço do Partido Comunista Holandês, o camarada Henk Hoekstra concluiu: Desde Maio de 1977, desde a constituição do actual gabinete conservador, o Partido Comunista Holandês intensificou o seu trabalho de ligação às massas e tem vindo a realizar um importante trabalho de ofensiva política em três direcções fundamentais: nas questões da paz e do desarmamento, na questão da soberania nacional perante as ameaças da NATO-CEE e dos monopólios da RFA, e na luta económica e social. Um dos sinais dos resultados positivos desta campanha tem sido o contínuo crescimento do número dos militantes do Partido.



Vladimir Lenine, em 1919, passando revista a forças do Exército Vermelho

Há 62 anos foi criado o exército que defende a paz e o socialismo

A 23 de Fevereiro comemorou-se na URSS o 62.º aniversário das Forças Armadas deste país socialista. As comemorações desta data histórica decorreram, este ano, num clima internacional marcado por um retrocesso na política de desanuviamento, esforçadamente desenvolvida na década de setenta.

O Exército Vermelho, primeiro, e depois as Forças Armadas Soviéticas têm, desde o seu início, características essencialmente defensivas. O III Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia - órgão máximo do novo poder saído da Revolução de Outubro - aprovou, em Janeiro de 1918, a «Declaração dos direitos dos trabalhadores e do povo explorado», redigida por Lenine, na qual se afirmava: Para garantir todo o poder às massas trabalhadoras e liquidar toda e qualquer possibilidade de restauração do poder dos exploradores, decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação do Exército Vermelho Socialista de operários e camponeses e o total desarmamento das classes ricas.

No final desse mesmo mês, no dia 28, o Conselho dos Comissários do Povo, presidido por Vladimir Lenine, aprovou o decreto sobre a formação do Exército Vermelho Operário-Camponês e, dias mais tarde, a 11 de Fevereiro, outro decreto criava a Marinha Vermelha Operário-Camponesa. O novo exército da Rússia socialista foi, portanto, criado para defender as conquistas revolucionárias do povo, residindo neste facto a sua principal característica.

O 23 de Fevereiro, escolhido como data oficial do nascimento das Forças Armadas Soviéticas, assinala, por seu turno, a resposta enérgica de um povo que se ergueu contra o capitalismo internacional, decidido a esmagar a triunfante revolução dos

soviéticos. Nesse dia, e face à invasão da Alemanha do «kaiser», violando o armistício, o povo soviético, respondendo a um apelo do governo, reuniu-se massivamente em comícios com vista à mobilização geral em defesa da pátria socialista.

Foi um combate desigual, contra um inimigo bem armado, com muito maiores recursos materiais e humanos. Mas foram também dois anos de organização e aprendizagem, que culminaram com a vitória definitiva do socialismo.

Nos 60 anos que se seguiram, os soviéticos viram-se forçados a desenvolver o seu aparelho militar defensivo, em alguns casos com o desvio de recursos materiais e humanos indispensáveis à construção da economia do país. Foi o caso da II Guerra Mundial, em que a URSS ficou indissolavelmente ligada à derrota hitleriana e à libertação da Europa do terror nazi-fascista.

Nos anos a seguir à guerra, num ambiente de corrida aos armamentos sem precedentes, constantemente instigada pelos EUA e seus parceiros da NATO, o Exército e a Marinha soviéticos, lado a lado com as forças aliadas do Tratado de Varsóvia, constituíram um obstáculo intransponível aos que então desejavam a deflagração de uma nova guerra mundial.

O equilíbrio das forças passou, desde então, a constituir um factor de estabilização na luta pela paz, criando as bases indispensáveis para o desenvolvimento dos povos que pretendem tomar conta do seu próprio destino.

A ruptura desse equilíbrio tem sido uma preocupação constante dos meios belicistas e militaristas do ocidente, em particular dos EUA, que desviam para esse fim recursos imensos. A bomba atómica, a bomba de hidrogénio, os bombardeiros estratégicos, os mísseis, as armas nucleares tácticas, o submarino atómico e, mais recentemente, os mísseis da nova geração, são o resultado mais bombástico das tentativas dos EUA de fazer pender a força para o seu lado.

A URSS tem contestado sistematicamente esta corrida aos armamentos, argumentando com os perigos que ela acarreta, por um lado, e com os recursos que são roubados ao bem-estar dos povos por uma indústria improdutiva e exclusivamente virada para a destruição; por outro, mas também, pela voz dos seus dirigentes, tem sido sublinhada a necessidade de não deixar romper um equilíbrio indispensável ao desenvolvimento, e até à sobrevivência, da Humanidade.

Depois de uma década em que o desanuviamento político, e mesmo o militar, registaram progressos importantes, com resultados visíveis no domínio da cooperação entre os povos e do seu progresso material, os EUA tentam travar, ou inverter, a marcha e lançar um clima propício a uma nova escalada armamentista. Os dirigentes políticos soviéticos têm contestado, permanentemente, em todas as tribunas internacionais, essa viragem e alertado para as suas possíveis e perigosas consequências.

Mas têm igualmente reafirmado a sua decisão de não deixar romper o equilíbrio.

Nove mil expositores de 60 países na Feira da Primavera em Leipzig (RDA)

A realização em Leipzig da Feira da Primavera é já um acontecimento tradicional no domínio do comércio externo que costuma atrair à RDA inúmeros expositores de outros países - mais de 80 por cento dos expositores estrangeiros há muitos anos, que estão presentes em Leipzig. Para este ano, os organizadores da Feira da Primavera prevêem a presença de mais de 500 mil compradores, engenheiros e técnicos de mais de 100 países.

O elevado carácter internacional da oferta existente na Feira de Leipzig torna-se particularmente evidente nos seus

e vestuário, 25 países no sector das publicações e 15 países no sector do vidro e da cerâmica.

A indústria da República Democrática Alemã apresenta, em todos os sectores da Feira, a sua oferta a nível da exportação, a qual se caracteriza pela presença de produtos de comprovada qualidade, entre os quais se contam mais de seis mil novidades. A presença activa de mais de quatro mil empresas de indústria e de comércio externo confirmam o crescente poder económico do país organizador do certame de Leipzig, cujo valor de transacções, relativamente ao comércio exterior, ultrapassou, pela primeira vez em 1979, os 100 biliões de marcos.

Além da República Democrática Alemã, país organizador, mais 12 países socialistas estarão presentes nesta edição de 1980 da Feira da Primavera de Leipzig.

Alargamento das relações comerciais

Leipzig, centro de comércio internacionalmente reconhecido, oferece oportunidades vantajosas no campo do alargamento das relações comerciais existentes - sobretudo com os países membros do CAME - e do estabelecimento de novos contactos comerciais. A comprová-lo está o facto de exportadores de 26 países de África, Próximo-Ocidente, Ásia e América Latina

terem já anunciado a sua presença na Feira desta Primavera.

O crescente interesse de círculos económicos do mundo capitalista no alargamento das relações leste-oeste encontrará a sua expressão em exposições representativas apresentadas por importantes grupos industriais e empresas de comércio externo da Europa ocidental e de outros continentes. Até ao momento, firmas de 24 países capitalistas industrializados e de Berlim-Occidental confirmaram já a sua participação, entre os quais grandes gru-

pos industriais de renome de França, Itália, Suécia, Austrália, Grã-Bretanha, Países-Baixos, Finlândia, Bélgica, RFA, além de numerosas empresas dos EUA, do Japão e do Canadá.

Para além da apresentação internacional de mercadorias existe, no âmbito da Feira da Primavera de Leipzig, um programa de manifestações científico-técnicas dirigido aos principais aspectos dos sectores-chave. Assim, e por exemplo, a Associação especializada da Indústria Agrícola, Florestal e Alimentar da Câmara da Técnica da RDA e a VEB Kombinat Forstchritt

Landmaschinen organizarão nos dias 14 e 15 de Março um simposio subordinado ao tema "instalações e equipamentos de armazenagem e de tratamento de cereais".

Os principais temas do programa de conferências, que abrange cerca de 100 contribuições de 10 países, concentram-se nos sectores da metalurgia e construção de máquinas pesadas, máquinas-ferramentas, máquinas agrícolas e para a indústria alimentar, máquinas de embalagem, informática, automatização, material de controlo e de medida.



A cidade de Leipzig - cenário da Feira da Primavera

Solução É bom observador...

O «mistério» da pág. 8 tem uma solução simples, que certamente a sua capacidade de observação não deixou escapar: o que há de diferente é que o sr. Escaja Gonçalves cortou o bigode...

Porque quanto ao resto, como sabemos, os ministros da direita não mudaram - nem outra coisa seria de esperar. As promessas de «mudança», assim que se apanharam no poleiro, foram logo esquecidas!



A luta Heróica dos Povos contra a Opressão e o Fascismo

edições Avante! Distribuição CDL

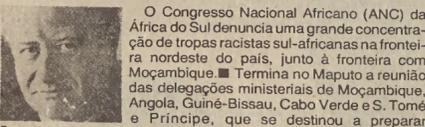


Entendemos ser de grande importância continuar a divulgar os êxitos na construção do socialismo. Mostrar as suas realizações históricas e a sua política internacional ao serviço da paz e mostrar, de igual modo, os problemas resultantes da complexidade e dificuldades da sua construção.

Semana

20 Quarta-feira

1965 - É assassinado nos EUA o dirigente negro norte-americano Malcolm X.



Bruno Kreisky

O Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul denuncia uma grande concentração de tropas racistas sul-africanas na fronteira nordeste do país...

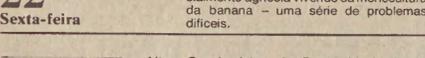
21 Quinta-feira

1852 - Morre o escritor russo Nicolai Gogol.

O presidente Tito da Jugoslávia envia aos seus homólogos James Carter, dos EUA, e Leonid Brejnev, da URSS, entre outros, uma mensagem apelando ao reforço do desanuviamento internacional...

22 Sexta-feira

1979 - A ilha de Santa Lúcia, nas Caraíbas, torna-se Estado independente após 165 anos de dominação britânica...



François Mitterrand

Altos Comissários da Comunidade Britânica (Commonwealth), representando mais de 40 países, acusam o governador colonial britânico no Zimbábue, «lord» Soames...

Um grupo fascista que se autodenomina «União dos Patriotas Espanhóis» reivindica o atentado contra a sede do governo de Madrid...

O presidente soviético Leonid Brejnev garante que as tropas soviéticas que se encontram no Afeganistão poderão dali sair logo que se verifique a interrupção total da interferência exterior naquele país...

23 Sábado

1979 - Os racistas rodésios atacam um acampamento da Frente Patriótica no Zimbábue, fazendo centenas de mortos.

Morrem pelo menos 14 pessoas e ficam feridas cerca de 20 num atentado à bomba contra o dirigente fascista libanês Bashir Gemayel...

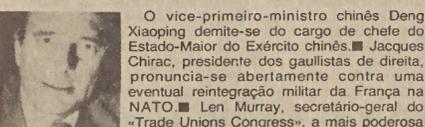
24 Domingo

1891 - É promulgada a primeira Constituição do Brasil.

Autoridades brasileiras revelam que as inundações que devastaram nos últimos tempos o centro e o nordeste do Brasil deixaram sem casa cerca de 250 000 pessoas...

25 Segunda-feira

1979 - A URSS lança mais uma nave tripulada, a «Soyuz-32», cujo programa de voo inclui uma ligação com a estação espacial «Salut».



Jacques Chirac

O vice-primeiro-ministro chinês Deng Xiaoping demite-se do cargo de chefe do Estado-Maior do Exército chinês...

26 Terça-feira

1979 - Os racistas rodésios efectuam pela primeira vez um bombardeio «raid» aéreo contra a RP de Angola, bombardeando um campo de refugiados do Zimbábue...

Política neocolonialista, uma política de violência

A violência contra o povo e a Frente Patriótica da África do Sul (ZANU e ZAPU), claramente apoiada e fomentada pela Grã-Bretanha, cresceu de par com as ameaças por parte da África do Sul...

No Zimbábue, onde está em causa, por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra, a defesa de um ponto estratégico, de um imenso reservatório de matérias-primas, dos capitais das 791 companhias inglesas e 736 companhias norte-americanas...

O papel da África do Sul

A África do Sul surge aqui, não só como uma ameaça para o povo do Zimbábue, a que nega explicitamente o direito de decidir livremente do seu futuro, como uma ameaça contra países inde-



Dois aspectos opostos da África. Em Angola, constrói-se o futuro de um país livre e democrático. Na África do Sul o governo responde com cargas policiais às justas reivindicações das massas negras desprovidas dos mais elementares direitos

Paz - estandarte da política externa leninista

«A força da nossa política externa consiste em que ela responde aos interesses vitais, não só dos países socialistas, mas também da imensa maioria da população da Terra...»

Esta é uma razão de fundo pela qual a política da comunidade socialista, política de paz, se tornou um factor essencial da vida internacional...

Eleição para os Sovietes

No passado dia 24 os soviéticos foram às urnas para eleger os deputados aos Soviets Supremos das Repúblicas Federadas e Autônomas Locais...

Os candidatos são eleitos por sufrágio universal e directo por escrutínio secreto, apresentando-se por cada circunscrição uma lista que uma comissão de especialistas...

Estes os parâmetros em que se desenvolve uma das múltiplas facetas da democracia socialista, que não se cinge ao momento eleitoral, antes faz parte do quotidiano dos povos dos países socialistas...

As campanhas eleitorais mostram claramente a força real do sistema socialista. Os soviéticos verificam como as disposições da nova Constituição...

Na perspectiva do desenvolvimento contínuo do bem-estar de todo o povo, da elevação do nível de vida material e cultural, foram assinalados, por Alexei Kossiguine...

mente dirigidos contra dirigentes da Frente Patriótica. A África do Sul financia Muzorewa (país que o ex-"pastor" visita quase mensalmente) em vários milhões de dólares...

O complexo militar-industrial da África do Sul desenvolveu-se muito rapidamente devido, no fundamental, ao apoio dos países da NATO...

O papel da África do Sul surge aqui, não só como uma ameaça para o povo do Zimbábue, a que nega explicitamente o direito de decidir livremente do seu futuro...



Dois aspectos opostos da África. Em Angola, constrói-se o futuro de um país livre e democrático. Na África do Sul o governo responde com cargas policiais às justas reivindicações das massas negras desprovidas dos mais elementares direitos

pendentes, como é o caso de Angola e agora também de Moçambique, uma ameaça para a paz no continente.

Como afirmou recentemente o camarada Eduardo dos Santos, presidente angolano, «a África do Sul continua a levar a efeito uma política de terra queimada no sul de Angola, particularmente na província do Cunene...»

O complexo militar-industrial da África do Sul desenvolveu-se muito rapidamente devido, no fundamental, ao apoio dos países da NATO...

A África do Sul surge aqui, não só como uma ameaça para o povo do Zimbábue, a que nega explicitamente o direito de decidir livremente do seu futuro...



Dois aspectos opostos da África. Em Angola, constrói-se o futuro de um país livre e democrático. Na África do Sul o governo responde com cargas policiais às justas reivindicações das massas negras desprovidas dos mais elementares direitos

assalariados, recrutados no fundamental entre a população branca.

«Veredas rápidas «Jim Fouche», construídas com a ajuda da RFA e de Israel, foram lançadas recentemente em Durban. Os israelitas permitiram o fabrico do canhão de 155mm G-5...»

O complexo militar-industrial da África do Sul desenvolveu-se muito rapidamente devido, no fundamental, ao apoio dos países da NATO...

A África do Sul surge aqui, não só como uma ameaça para o povo do Zimbábue, a que nega explicitamente o direito de decidir livremente do seu futuro...



Dois aspectos opostos da África. Em Angola, constrói-se o futuro de um país livre e democrático. Na África do Sul o governo responde com cargas policiais às justas reivindicações das massas negras desprovidas dos mais elementares direitos

Manobras do imperialismo no Médio Oriente

VIVE-SE actualmente uma nova fase no conflito frontal gerado entre o Irão e os Estados Unidos, conflito que — convém não esquecer — não surgiu com a ocupação da embaixada norte-americana por estudantes iranianos...

Para passar esse visto, os Estados Unidos obtiveram, no fundo, o pretexto desejado para uma ingerência mais directa nos problemas internos do Irão...

PRETENDE-SE assim, não só atingir o Irão revolucionário que pôs em cheque fortes posições do imperialismo na zona, mas todo o movimento progressista no Médio Oriente...

NESTE momento, a política da Casa Branca em relação ao Irão, está a assumir novas formas numa tentativa de recuperar algo do muito que está inevitavelmente perdido...

NADA está neste momento definido em relação ao futuro do Irão, onde continua a viver-se um processo profundamente contraditório, pontuado de confrontos violentos...

O pretexto do Afeganistão

O pretexto do Afeganistão tem razões muito concretas. Os Estados Unidos pretendem criar uma rede de bases militares no Oceano Índico...

«Reagraram os seus modos. Arrastaram-se conversações «SALT-2» em seguida, a ratificação desse Tratado; encorajaram a traição de Sadat, o que levou à cisão da Frente de Unidade Árabe...

«Washington está também ao corrente da intervenção contra o Afeganistão, a partir do território do Paquistão. Com efeito, são os americanos, com os chineses e outros, que dirigem essa intervenção...»

Itália, Espanha e Turquia Terrorismo é arma da direita

Três exemplos actuais na Europa — a Itália, a Espanha e a Turquia — deixam, uma vez mais, claras as íntimas ligações existentes entre o terrorismo e os esforços tendentes a limitar o mais possível ou aniquilar a democracia...

Enquanto a democracia-cristã — profundamente dividida — rejeitou, de acordo com Washington, a participação de comunistas no executivo...

Em Espanha novo surto de terrorismo irrompe quando se aproximam as eleições para os parlamentos regionais da Catalunha e do País Basco...

Para a extrema-direita espanhola o terrorismo é arma preferencial, não só contra o processo de autonomia, mas contra uma situação política que, forçada pela luta das massas trabalhadoras...



O terrorismo que grassa na Turquia e que se traduz no assassinato de milhares de pessoas, é obra de agrupamentos fascistas, em particular da organização «Iboz pardo», que pode entretanto agir abertamente

Os factos demonstram o pouco interesse dos EUA nesta clara proposta da União Soviética para que se estabeleça um sólido clima de paz na zona...

«Washington não é o país que se preocupa por apoiar a expansão na Ásia e recorre a todos os meios para fabricar tal pretexto...»

«Devo declarar, firmemente, que estaremos prontos a abordar a retirada das nossas tropas desde que tenha cessado, sob todas as formas, a ingerência externa contra o governo e o povo do Afeganistão...»

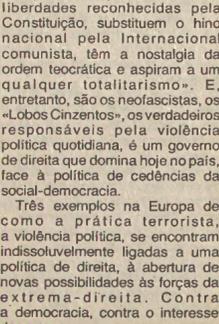
Itália, Espanha e Turquia Terrorismo é arma da direita

Três exemplos actuais na Europa — a Itália, a Espanha e a Turquia — deixam, uma vez mais, claras as íntimas ligações existentes entre o terrorismo e os esforços tendentes a limitar o mais possível ou aniquilar a democracia...

Enquanto a democracia-cristã — profundamente dividida — rejeitou, de acordo com Washington, a participação de comunistas no executivo...

Em Espanha novo surto de terrorismo irrompe quando se aproximam as eleições para os parlamentos regionais da Catalunha e do País Basco...

Para a extrema-direita espanhola o terrorismo é arma preferencial, não só contra o processo de autonomia, mas contra uma situação política que, forçada pela luta das massas trabalhadoras...



O terrorismo que grassa na Turquia e que se traduz no assassinato de milhares de pessoas, é obra de agrupamentos fascistas, em particular da organização «Iboz pardo», que pode entretanto agir abertamente

Um membro do Conselho Militar Nacional de Surinam, que ontem tomou o poder no país, declara que «a calma regressou após o rápido triunfo do golpe»...

A crise mundial das economias capitalistas

A política global do Governo e da maioria reaccionária, em coerência total com a própria política dos partidos que a sustentam, está visivelmente voltada para tornar o nosso país um laçao do imperialismo. Tal intenção ressalta em todos os sectores, nomeadamente, como se compreende, no campo da economia. A recuperação capitalista é um objectivo central do Governo PPD/CDS.

Ganha assim particular acuidade conhecer por dentro o que é realmente a economia capitalista, a crise que a mina a nível mundial. A luta contra o Governo PPD/CDS passa também pela recusa frontal da lógica capitalista em que os saudosos do passado pretendem enredar o Portugal de Abril, atentando gravemente contra os interesses da economia nacional e da nossa Pátria.



No mundo capitalista a desigualdade económica atingiu níveis sem proporções na História. Assim, e por exemplo, nos EUA, onde vivem 6% da população do globo, consome-se 40% dos recursos mundiais. Por outro lado, 60% da população do mundo vive em países «em vias de desenvolvimento», vegetando na miséria e na indigência.

1. Os traços gerais da crise

O desenvolvimento das economias capitalistas depois da crise económica de 1974-75, a mais aguda do pós-guerra, continua a caracterizar-se pela instabilidade, abrandamento geral dos ritmos de desenvolvimento económico, ruína dos pequenos empresários, desemprego, inflação, subutilização das capacidades produtivas e por sérios problemas nos mecanismos da distribuição.

A inflação e o desemprego continuam a acompanhar as economias capitalistas. O índice de preços no consumidor, nos países da OCDE, ultrapassou, em 1978, o nível de 1977 em mais de 8,5% e, em 1979, o ritmo inflacionista acelerou-se de novo. Em 1978 o número de desempregados oficialmente registados nos países capitalistas desenvolvidos ultrapassou os 17 milhões, em 1979 a situação agravou-se e a OCDE prevê que este ano aquele número ultrapasse os 19 milhões. E isto sem contar com a repatriação dos emigrantes (a Suíça repatriou

200000) nem com o chamado desemprego oculto e com o desemprego parcial que não são oficialmente registados.

Cada crise da economia capitalista apresenta as suas particularidades específicas. E, na verdade, as actuais crises de super-produção, «subconsumo das massas» e «sobre-acumulação» não são interligadas as crises monetárias, energéticas e de matérias-primas, classificadas de estruturais por não estarem directamente ligadas às oscilações da conjuntura do mercado, como a estagnação e o desemprego que as caracterizam vêm acompanhadas do crescimento da inflação e não da baixa de preços como no passado... Este um aspecto novo das crises actuais.

Mas a crise apresenta ainda outro traço de grande relevo: a agudização das relações entre os países capitalistas desenvolvidos e os países economicamente atrasados, remetidos quase sempre a meros fornecedores de



2. O aumento do preço do petróleo como cortina de fumo

Os economistas burgueses procuram esconder as taras do capitalismo e atribuir as crises actuais à alta do preço do petróleo. Nada mais mistificador. As crises económicas do capitalismo continuam a radicar na «sobre-produção de mercadorias», na «sub-consumo das massas», na «anarquia da produção», na «queda da taxa de lucros».

Mas há que distinguir entre as causas da crise e os detonadores. O acontecimento detonador das crises de super-produção (!), como a História o regista, pode ser a bancarrota, um escândalo financeiro ou pura e simplesmente a penúria de uma matéria-prima (ou energética), como foi o caso da crise de 1866 provocada pela falta de algodão a seguir à Guerra da Secessão nos EUA.

Mas estes acontecimentos só precipitam as crises no momento em que todo o movimento da actividade económica é já de recessão.

Assim, a falência de um grande banco ou a falta de uma matéria-prima não estrangula a conjuntura numa fase de «boom» ou seja, de crescimento. As crises do capitalismo são inerentes a este modo de produção que é um sistema condenado, sem futuro...

O petróleo foi um elemento detonador da crise, o elemento detonador de uma situação já apodrecida, sobretudo nos países com enormes desperdícios que assentaram toda a sua política energética no petróleo barato, consequência de relações coloniais ou neocoloniais. E o caso dos EUA que detinham, em 1976, um consumo de 7 milhões de barris de petróleo por dia, ou seja, mais

do que a RFA, a Austrália, a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Espanha, a Grécia, a Irlanda e a Itália juntas! E as previsões do seu consumo são de 11,4 milhões de barris/dia para 1985 e de 13,9 para 1990! Por isso, os países produtores de petróleo tocam a sineta de alarme, batem o pé aos poderosos, dizendo-lhes que não pode continuar o desperdício (nos EUA o consumo é, em média, de 5000 litros de petróleo por habitante/ano, enquanto no Bangla-Desh, por exemplo, é de cerca de 20 litros, e em Portugal cerca de 90).

Na verdade, os EUA continuam a aumentar as suas importações, situando-se, actualmente, em 8 milhões de barris por dia, ou seja, quase a produção da Arábia Saudita (9,5 milhões por dia)! Mas não é só o caso dos EUA.

Por isso, os países da OPEP

interrogam-se se, para satisfazer as necessidades de energia do mundo capitalista, deverão continuar a extrair o petróleo ao ritmo actual, ariscando-se a esgotar rapidamente os seus jazigos e comprometendo o seu futuro. Assim, perante as tomadas de posição da OPEP — aumento do petróleo, ligação deste a um cabaz de moedas, etc. — os países capitalistas procuram desviar a atenção da opinião pública das verdadeiras causas da crise das economias capitalistas atribuindo-as ao petróleo. Mas a realidade é outra.

Em França, por exemplo, as importações de petróleo representavam 4,1% do PNB em 1974 e 3,1 em 1979! Entre 1974 e 1978 o montante da factura petrolífera, calculada em francos constantes (francos depois de deflacionados) baixou em mais de

1/4! Por outro lado, é conhecido que três meses após o aumento de preços decidido pela OPEP, em Junho do último ano, o preço real do petróleo baixou 5% devido à queda do dólar. Daí que este seja cada vez mais posto em causa como moeda de referência. Mas a realidade continua a mostrar quem ganha com o petróleo.

E a verdade é que, se as grandes multinacionais do petróleo foram afectadas no seu comércio (hoje os países da OPEP vendem directamente cerca de metade da sua produção), estas compensam tais perdas com os lucros da refinação (em França, por exemplo, a refinação representa 17% do preço da gasolina). Mas não é só na refinação, é também na especulação sobre os mercados livres, sobre as divisas e os stocks. As companhias de petróleo não hesitam em impor aos seus

clientes uma nova sobretaxa para se «anticiparem a uma alta previsível dos países exportadores» (Forum Internacional, de 6/11/79). Aliás, os resultados das multinacionais petrolíferas falam por si: em 1979, a Exxon, primeira sociedade petrolífera mundial, aumentou os seus lucros em +118%, a Royal Dutch Shell em +140% e a Companhia Francesa e Refinaria já tinha, no 1.º semestre, mais 712% de lucro!

3. A concorrência e as rivalidades inter-imperialistas

Um dos aspectos que caracteriza a evolução dos países capitalistas desenvolvidos nos decénios do pós-guerra foi a constituição de três centros imperialistas, estreitamente ligados uns aos outros, a saber: os EUA, a CEE (liderada pela RFA) e o Japão, procurando cada um modificar o sistema de relações recíprocas em seu favor. A formação destes três centros teve, como consequência directa, a ampliação das contradições inter-imperialistas que foram particularmente exacerbadas com a crise de 1974-75.

Depois da crise de 1974-75, a leve retoma económica nos diversos países imperialistas não foi uniforme, o que não deixou de acentuar a luta e a concorrência inter-imperialista pela conquista dos mercados mundiais.

E um dos traços mais significativos desta nova fase foi o recurso crescente às práticas proteccionistas. Os exemplos de medidas proteccionistas directas e indirectas, ocultas e claras, tomadas nos anos de 1976 e 1977 não têm conta. Nada menos de 800 medidas foram denunciadas e reconhecidas pelo GATT na Conferência de 1977.

Assim, depois da primeira reunião em Novembro de 1975 em Rambouillet-Bonn, os chefes dos governos dos principais países capitalistas decidiram reunir-se anualmente para analisarem a situação e os resultados das medidas tomadas.

Em 1976, em Porto Rico, os «sete» consideraram a inflação como o inimigo número um e consideraram que uma retoma nos EU levaria a uma retoma global nos países capitalistas.

O encontro seguinte, em Londres, em Maio de 1977, realizou-se já num clima de abrandamento da conjuntura económica. A animação verificada em 1976 não só tinha sido limitada, como não se verificaria em 1977.

Nesta Cimeira os «sete» deixaram de lado o problema da inflação e do desemprego e propuseram uma «tripla tração» em vez de «uma só», a dos EU, O papel de «locomotivas» era atribuído aos EU, ao Japão, e à RFA. Era atribuído aos EU um crescimento de 6%, ao Japão de cerca de 7% e à RFA de 5%. Mas, apesar das medidas tomadas e da partilha dos mercados, o crescimento não se verificou. O PNB dos EU vinha a crescer em 1977 somente 4,9%, o do Japão 5,1% e o da RFA 2,5%!

Em 1978 foi abandonada a teoria das «locomotivas». É que a retoma

não se verificava e as «locomotivas» mostraram-se fracas para ultrapassar os obstáculos.

Em Julho de 1978 teve lugar a Cimeira de Bonn. O crescimento económico, a inflação, o proteccionismo, a relação com os países subdesenvolvidos, o aprovisionamento de matérias-primas e a energia foram os problemas levantados. Mas em fins de 1978 era já claro que, tal como nas anteriores Cimeiras, os objectivos da reunião de Bonn não tinham sido atingidos.

O agravamento da situação económica nos EU e nos países da Europa ocidental mostravam que era impossível levar à prática os programas de estabilização.

No princípio do ano de 1979, os líderes do EU, da França, da RFA e da Inglaterra encontraram-se em Guadalupe e os chefes de governo dos sete grandes vieram a encontrar-se de novo em Junho do ano passado.

Desta vez, os problemas centrais foram os problemas da energia. Mas as divergências e as rivalidades dos três principais centros do imperialismo continuaram e com eles os problemas do mundo capitalista.

A luta pela conquista dos mercados mais rentáveis, o proteccionismo e as tentativas para a aquisição das matérias-

primas a baixo preço mantêm-se. Assim, apesar do acordo da OCDE em 1978 para o não levantamento de novas barreiras alfandegárias, o certo é que quase todos os países as levantaram. Os EU introduziram limitações à importação de aço e aumentaram os direitos à importação do açúcar. O Canadá estabeleceu um sistema de quotas à importação de têxteis e vestuário.

A CEE limitou as quotas de importações de têxteis e o mesmo se verificou noutros países.

E, enquanto isto se passava nos países capitalistas desenvolvidos, o FMI ia impondo aos países que a ele se submetiam a liquidação das sobretaxas e outras formas de limitação às importações, como no caso de Portugal, no sentido de garantir para as mercadorias daqueles países mercados de escoamento.

Em Maio de 1979 realizou-se em Génève o «Tóquio-Round» com vista à eliminação de barreiras ao comércio internacional. Mas só 23 participantes assinaram o acordo. Os restantes 76 países que assistiram às conversações absteram-se, figurando entre eles a quase totalidade dos países em vias de desenvolvimento, que não perderam a ocasião para denunciarem a divisão internacional capitalista do trabalho e todo o sistema de trocas desiguais.



O mundo capitalista desce. Desce -- e a pouco e pouco afunda-se -- numa crise económica caracterizada pela instabilidade, pelo abrandamento geral dos ritmos de desenvolvimento, pela ruína dos pequenos empresários, pelo desemprego e pela inflação. Nos EUA, por exemplo, o crescimento do Produto Nacional Bruto passou de 6% em 1976 para 4,9% em 1977 e para 3,8% em 1978!

radicalmente a importação de sapatos italianos. Os EU, cedendo ao «lobby» do açúcar, introduziram uma sobretaxa de 60% à importação do açúcar. O Canadá reduziu as importações de têxteis do «Terceiro Mundo», etc., etc.

Depois dos fracassos resultados do mundo capitalista depositaram as suas expectativas no ano de 1978. Mas em 1978 a indústria de guerra foi o único ramo da indústria que não só não foi afectado, como se

reforçou. Esse ano foi, na verdade, um dos mais favoráveis para os Complexos Industriais Militares, pois foi o ano em que o Conselho da NATO, em Washington, decidiu activar a corrida aos armamentos. Mas as despesas militares, sendo despesas improdutivas, acabaram não só por alimentar a inflação, como por agudizar a crise.

Os EU, como um dos principais centros do mundo capitalista, continuaram em queda. Neste país, o crescimento do PNB passou de 6% em 1976 para 4,9% em 1977 e para 3,8% em 1978.

De cimeira em cimeira, os «patrões» do capitalismo vão agudizando as suas rivalidades. As decisões que aí se tomam apenas têm por objectivo adiar o inevitável — o colapso da economia capitalista.

4. O Mercado Comum no centro da crise

O Mercado Comum, também conhecido por CEE, constituído por nove países capitalistas europeus desenvolvidos, não escapa à crise. Pelo contrário, encontra-se no seu centro. A inflação e o desemprego tornaram-se crónicos nos países do Mercado Comum. O desemprego ultrapassa já os 6,5 milhões (cerca de 1,7 milhão em 1970). A crise da siderurgia, da têxtil, da construção naval aprofunda-se. Em 23 anos de existência, o mecanismo da integração capitalista na Europa Ocidental não conseguiu assegurar uma evolução estável aos países da CEE.

O crescimento do PNB nos países da CEE entre 1977 e 1978 foi somente de 1,8%. A criação de uma união económica e monetária proposta em 1969 não foi conseguida. O sistema monetário europeu (SME) surgiu já in-extremis (a Inglaterra ainda não aderiu) depois das «serpentes» e das contínuas desvalorizações e revalorizações. H. Schmidt ao propor o SME teve de afirmar que este era «necessário para travar o processo de desintegração». O objectivo principal do SME foi o de proteger as moedas dos

respectivos países contra as consequências da depreciação do dólar e de criar, na Europa Ocidental, uma certa zona de «estabilidade monetária». Mas a sua criação veio criar novos pontos de conflito na chamada «guerra monetária» entre a CEE e os EUA.

Por outro lado, a tendência para o reforço do carácter supra-nacional dos organismos da CEE a que se assiste nos nossos dias, com vista a limitar a soberania nacional dos países-membros, continua a assentar na pressão do grande capital, nas necessidades de concentração e centralização deste e na actividade das multinacionais.

Foi nesse sentido que se realizaram as eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio directo. No entanto, apesar dos rios de dinheiro gastos em propaganda fazendo apelo ao voto, as abstenções atingiram os 40%! Na Inglaterra, o número de votantes foi de 31,3%; na Dinamarca de 47%; na Irlanda e Países Baixos de 58%; na França de 61,2%; na RFA de 65,9%!

O Parlamento é, na sua essência, constituído pelos

5. O capitalismo não cairá de podre — é preciso enterrá-lo!

representantes da burguesia monopolista dos respectivos países. Mais de metade dos 410 mandatos pertencem às forças de direita e conservadoras. Os partidos socialistas e comunistas detêm respectivamente 111 e 44 lugares! E, se citamos estes números, é porque eles são elucidativos sobretudo para os oportunistas de direita que no nosso país afirmam ser possível transformar o Mercado Comum «por dentro», como se fosse possível «democratizar os monopólios»!

E a verdade é que a crise na CEE está presente em todas as esferas da produção e da vida. As contradições hoje existentes, em vez de se atenuarem, agudizam-se, quer nos aspectos políticos, quer financeiros, quer económicos (vejam-se as posições do governo inglês em relação à CEE; recorde-se que o Orçamento da CEE não foi aprovado, estando a Comunidade a rever os duodécimos!).

No campo económico, o Mercado Comum Agrícola é fonte rica de exemplos da agudização dessas contradições que vão desde a fixação dos preços

à distribuição das subvenções do FEAGA (Fundo Agrícola) até às crises de sobre-produção, como aconteceu neste momento com o leite (40% da produção mundial), com as montanhas de carne bovina (a CEE é o 2.º produtor mundial) que continua a aumentar mais rapidamente do que o consumo, com o açúcar (a CEE produz cerca de 11,4 milhões de toneladas e o consumo situa-se em cerca de 9 milhões) e com o vinho que é hoje um dos pontos quentes da política agrícola comum.

Mas o desequilíbrio não se fica somente pelos mercados destes produtos. Atinge muitos outros, como por exemplo, o azeite e o tabaco e, citamos estes, por nos interessarem directamente. E não se julgue que estas afirmações são só noivas. Ainda há dias, Roy Jenkins, presidente da CEE, declarou que o Mercado Comum enfrenta o aspecto de um eventual colapso, sendo suas as seguintes declarações: «Debatemo-nos, nada mais nada menos, com a desintegração da ordem económica e social estabelecida e sobre a qual a Europa do pós-guerra foi construída».

força e os recursos de que ainda dispõe o imperialismo que, perante as dificuldades e perdas de posição crescentes, não hesita em recorrer à desestabilização, à corrida aos armamentos, à criação de focos de guerra, às acções aventureiristas, ao terrorismo e ao assassinato político. Também no plano da propaganda e da diversão ideológica os seus meios continuam a ser poderosos. Neste campo, um dos objectivos maiores que se coloca aos dirigentes do mundo capitalista é o de desviar a atenção das massas populares das contradições do modo de produção capitalista, procurando simultaneamente, através da

manipulação dos órgãos de informação, da falsificação, da calúnia e da hipocrisia, travar o poder de atracção do socialismo real.

É neste sentido que se deve encarar a cortina de fumo da «defesa dos direitos do homem», bem assim como o empolamento e a manipulação de certos acontecimentos internacionais em detrimento do debate e da análise dos problemas internos...

Mas a verdade é que o socialismo se tornou uma condição objectiva e uma necessidade imperiosa do progresso da humanidade e os factos não deixam de demonstrar que não é pela «revitalização» dos blocos político-militares (nos últimos três anos, como consequência das transformações revolucionárias, desfizeram-se os blocos político-militares da OTASE e da CENTO), nem pela corrida aos armamentos, nem pela integração económica, nem por simulacros de reformas sociais que o capitalismo superará as suas contradições. Pelo contrário!



Apesar do futuro sombrio, o capitalismo continua a banquetear-se